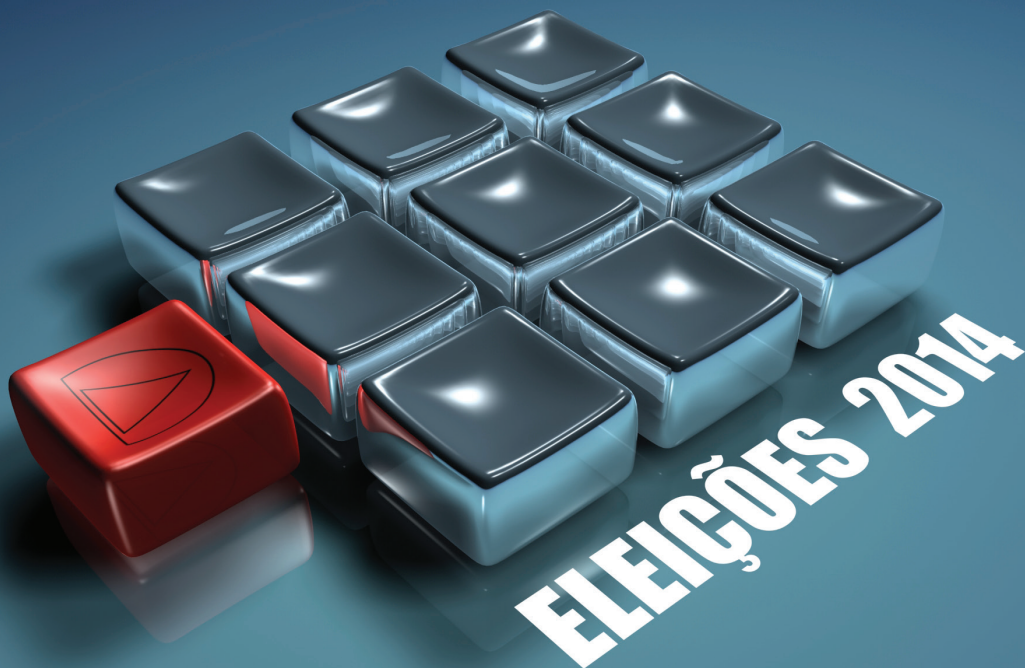


# MANUAL



TV  
Assembleia



**ASSEMBLEIA  
DE MINAS**  
Poder e Voz do Cidadão

## **MANUAL ELEIÇÕES 2014**

1 – ORIENTAÇÃO PARA AS EQUIPES .....	5
2 – DADOS GERAIS DAS ELEIÇÕES .....	20
3 – NOVIDADES DA ELEIÇÃO 2014 .....	36
4 – DO QUE O ELEITOR PRECISA SABER .....	40
5 – PERFIL DOS CANDIDATOS .....	46
6 – INFORMAÇÕES SOBRE A JUSTIÇA ELEITORAL .....	60
7 – DIPLOMAÇÃO E POSSE .....	68
8 – HISTÓRIA DAS ELEIÇÕES/CURIOSIDADES .....	70
9 – GLOSSÁRIO .....	72
10 – PROGRAMAÇÃO .....	75

# 1 ORIENTAÇÃO PARA AS EQUIPES

Nossa programação para este ano segue o modelo da última cobertura, mesclando programas ao vivo e gravados durante o dia e transmissão ao vivo praticamente ininterrupta a partir das 17 horas. Esse desenho permite que desloquemos mais pessoas para o turno da noite, o que exigirá ainda mais concentração e dedicação da equipe. A grande novidade da cobertura das Eleições 2014 é o uso do *mochilink*, que vai modificar algumas de nossas rotinas.

A programação especial começa a ser transmitida às 7h30 de domingo. Como nossa grade não é “engessada”, vamos entrar ao vivo a todo momento, com o Boletim das Eleições, que trará sempre as últimas informações e os fatos mais importantes dos 15 minutos anteriores. **Dependendo da relevância da informação, podemos inclusive interromper a programação gravada para entrar com o Boletim e o *flash* ao vivo.** Essas interrupções podem acontecer, por exemplo, na transmissão ao vivo dos votos dos dois principais candidatos a governador, Fernando Pimentel e Pimenta da Veiga, e do voto do candidato à presidência Aécio Neves. De toda forma, vamos sempre procurar cumprir os horários, em respeito ao telespectador e aos entrevistados dos programas ao vivo.

Para as transmissões ao vivo, vamos adotar o *mochilink*. O equipamento vai permitir que nossas equipes entrem ao vivo de praticamente qualquer ponto da Região Metropolitana de Belo Horizonte, dando mais agilidade e atualidade à nossa cobertura.

Teremos três equipamentos: dois da TV Assembleia e um da TV Câmara, da Câmara dos Deputados. Os nossos serão usados pelas equipes de reportagem nas externas e no TRE. Tudo o que costumamos cobrir com *flashes* gravados será feito prioritariamente com *flashes* ao vivo. Da redação, a Produção também vai municiar os repórteres com informações de todo o Estado para *flashes* ao vivo dentro dos Boletins.

No TRE, a equipe fará *flashes* gravados que serão recolhidos pelo motoqueiro. O *mochilink* será deslocado para lá quando houver alguma informação relevante. A partir das 14 horas, o equipamento ficará fixo

no TRE para os vivos no Boletim das 15 horas e para a divulgação dos resultados, a partir das 17 horas.

O equipamento da TV Câmara será usado para *flashes* ao vivo durante a programação daquela emissora, a partir da 8 horas, **e também durante a nossa programação**, nos momentos em que a Câmara não o estiver utilizando. O contato com a Câmara será intermediado pela Chefia de Reportagem, pela Coordenação de Produção e pela Direção da TV, mas a equipe também poderá ser acionada diretamente por Brasília.

O uso do *mochilink* é simples. Basta o cinegrafista plugar o cabo da câmera no aparelho para o sinal chegar à central de operações da emissora. Feitos os ajustes técnicos de praxe, o repórter já estará apto a ir ao ar imediatamente, de acordo com a orientação do diretor do vivo no Controle B.

Durante a transmissão ao vivo, a câmera deve continuar gravando todas as imagens no cartão P2.

**A partir das 17 horas**, quando começa a divulgação dos resultados, vamos utilizar as pranchas elaboradas pela GTI. O trabalho teve início em janeiro, sob a orientação da TV, e vai dar agilidade e precisão à divulgação, uma vez que foi criado um sistema para geração de pranchas a partir dos dados do Divulga. De toda forma, caso ocorra algum problema na rede, poderemos produzir manualmente as pranchas a partir dos modelos salvos nos *notebooks* do Controle B.

## 1.1 – PRODUÇÃO

Durante o dia, o trabalho é de apuração de dados e repasse de informações factuais, obtidas através de rondas por telefone, internet, televisão e rádio. Essas informações vão servir para atualizar o *crawl* e orientar as equipes nas ruas que farão *flashes* ao vivo com o *mochilink*.

Um produtor vai acompanhar as equipes de *mochilink* na cobertura dos votos dos candidatos. Seu papel será coordenar as entradas ao vivo, estando em contato permanente com o diretor de vivo do Controle B. Após essas transmissões, os produtores retornarão para a redação, para executar as atividades previstas na escala.

A equipe da manhã vai fazer rondas nas rádios CBN, Itatiaia e Band News, nos *sites* locais e nacionais, nos *blogs* e nas redes sociais (Facebook e Twitter). Caso a apuração identifique algo que mereça ser divulgado ao vivo pelas equipes de *mochilink* ou que requeira deslocamento de equipe, deve avisar a Chefia de Reportagem que indicará qual equipe dará as informações. Os factuais relevantes também poderão motivar as entradas ao vivo na programação da TV Câmara. O contato com Brasília será feito pela Patrícia, a Luciana, a Sarah ou a Fernanda.

As notas da apuração serão enviadas para um *mailing* pré-definido e para o editor responsável pelo *crawl* e pelo Twitter em cada turno. Ao redigir as notas para o *crawl*, deve-se utilizar apenas LETRAS MAIÚSCULAS sem formatação (negrito ou itálico). No fim de cada turno de trabalho, as notas enviadas devem ser salvas em um único arquivo, a ser encaminhado aos outros apuradores para evitar informações repetidas.

No período da tarde, o esquema de apuração vai se repetir até as 17 horas, sendo que, além dos produtores que vão estar na redação, teremos um produtor de vivo, acompanhando o repórter que vai ficar no TRE.

**A partir das 17 horas**, os produtores escalados ficarão responsáveis por levantar os primeiros números das pesquisas de boca de urna e passá-los para os operadores de caracteres. As folhas com os nomes dos candidatos ficarão pré-impressas, e os produtores ficarão assistindo às TVs na Edição, para agilizar o trabalho. Esses resultados são relativos aos candidatos a governador, já que os dados dos candidatos a presidente só sairão depois das 19 horas, devido à diferença de fuso horário do Acre em relação ao restante do País. A apuração da boca de urna dura cerca de 15

minutos. Em seguida, começa a veiculação dos dados do TRE (programa Divulga). Às 19 horas, será realizado o mesmo trabalho de apuração com os dados relativos à presidência.

A partir daí, continuarão as rondas e os *crawls*, mas com foco nos resultados e nas opiniões de personalidades e autoridades. O Divulga vai estar instalado em todos os computadores da TV e servirá, juntamente com os *sites* nacionais, locais e o Twitter, de fonte de dados para os *crawls* e também para subsidiar discussões no estúdio. Uma pessoa ficará responsável pela marcação de entrevistas com políticos (presidentes de partidos, candidatos derrotados e eleitos) para o dia da eleição e para o dia seguinte. Também serão acompanhadas as repercussões da noite, como festas das vitórias e coletivas de candidatos, e, caso haja, segundo turno e outros números que possam ser temas de pautas na semana seguinte.

Todas as listas para apoio da Produção estão no disco Pré-Pautas na pasta Eleições 2014.

## 1.2 – REPORTAGEM

- Deixas e encerramento de *flashes*: o repórter dirá o seu nome e, em seguida, “TV ASSEMBLEIA, ELEIÇÕES 2014”.
- O operador de câmera e o auxiliar devem testar todos os equipamentos antes de saírem para as externas. Durante as gravações, também devem ficar atentos à qualidade do áudio e a eventuais problemas nas imagens.
- Cada fita ou cartão deve ser usado para apenas uma matéria ou um *flash*. Ao sair para externas, a equipe de reportagem deve levar o número necessário de fitas ou cartões, principalmente se for realizar mais de um *flash* ou reportagem.
- O repórter deve identificar a fita ou o cartão com: número, nome do cinegrafista, do auxiliar e do repórter e ordem de gravação (imagens, sonoras, passagem, etc.). Em caso de entrevista, deve anotar o nome completo do entrevistado, prestando atenção a sua grafia correta (se é escrito com s ou z, por exemplo), e sua profissão ou cargo.
- Para evitar que o editor fique em dúvida quanto ao nome dos VTs, deve-se identificar as fitas ou cartões das matérias com as mesmas re-trancas das pautas e da escala.
- A Produção vai contatar as equipes que estão com os *mochilinks* para repassar informações para *flashes* ao vivo.
- Na cobertura dos votos dos candidatos, cada equipe de *mochilink* terá o apoio de um produtor. Esse produtor será a ponte da equipe com o diretor de vivo, coordenando as entradas. Nos demais *flashes* ao vivo, como não temos equipamento de retorno, o auxiliar vai estar em contato via telefone celular com o Controle B e vai avisar o repórter sobre o início da transmissão (dar o “vai!”).
- A equipe que estiver com o *mochilink* da TV Câmara vai ser contatada pela nossa produção e pela produção de Brasília.
- Nos *flashes* gravados, o repórter deve deixar uma margem de segurança antes do *off* e após a assinatura.
- Os *offs* devem ser breves e objetivos pois os VTs entrarão no ar ao longo da programação. Esses *offs* também não devem ter referências a dias e horas, pois poderão ser reexibidos no dia seguinte.
- Os cartões devem ser entregues diretamente ao Cedoc, onde serão descarregados na rede, e as fitas beta, entregues em mãos ao editor responsável pelo assunto.

- Atenção ao áudio das sonoras e do ambiente, à correção gramatical do texto, ao enquadramento das passagens e à aparência do repórter e do entrevistado.
- Os *flashes*, de preferência, devem ser gravados para irem ao ar sem edição. Se o repórter trouxer alguma entrevista, a Edição deve ser avisada com a maior antecedência possível. Isso porque o material sempre irá ao ar no Boletim Ao Vivo, imediatamente a seguir. Na fita ou no cartão, não deve ser escrito apenas *flash*. A identificação deve ser completa: *flash* sobre o primeiro voto, *flash* sobre o policiamento.
- - Assim que o *flash* for gravado, a Chefia de Reportagem deve ser avisada para o envio do motoqueiro que buscará a fita ou o cartão.
- Atenção para tudo o que não foi previsto e puder render *flash* ou matéria: urna estragada, prisões, boca de urna, deficientes com problemas de acesso aos locais de votação, brindes eleitorais que estão proibidos, etc. Todo fato inusitado relacionado às eleições é notícia para a TV Assembleia.
- Os pedidos de carro e de transporte de fitas e cartões deverá ser centralizado na Chefia de Reportagem para evitar desencontros.
- Os integrantes da equipe – repórter, cinegrafista, auxiliar e motorista – não devem se separar e devem manter contato permanente para que o trabalho seja realizado sem transtornos.
- Sugerimos que a equipe sempre anote o celular do motorista para agilizar os descolamentos.
- Para facilitar a localização, esclarecer dúvidas e agilizar a cobertura, os componentes da equipe devem ter em mãos os celulares particulares carregados. Caso haja necessidade de contato com a TV, devem ligar para a Chefia (2108-7483) ou para os ramais da produção (7482 / 7484 / 7478 / 7411 / 7816 / 7417 / 7406).
- Cuidado com a perda de cartões ou fitas e a troca de capas.
- Devemos prezar pela agilidade em nossa cobertura, mas sem esquecer a precisão e a correção das informações.

### 1.3 – EDIÇÃO

**Boletim das Eleições** – O produto dá dinamismo e atualidade à cobertura. Pode ser alimentado com *flashes* ao vivo do TRE ou de qualquer outro local via *mochilink* e também com *flashes* gravados pelos repórteres, matérias frias, notas secas, *audiotapes* gravados pela Rádio. No caso dos *audiotapes*, a preferência é que eles sejam exibidos na mesma sequência em que foram gravados. O primeiro Boletim entrará no ar às 7h45, no intervalo da reprise do Repórter Assembleia que fora exibido no sábado à noite. O objetivo é que cada Boletim entre na programação de 15 em 15 minutos, durante os intervalos dos programas gravados e ao vivo. Cada boletim terá em média 3 minutos de duração. Às 15 horas, haverá uma edição especial, compilando os principais fatos do dia até aquele momento, inclusive com entrevista ao vivo via *mochilink*.

**Tribuna Livre** – Durante o domingo, serão quatro Tribunas gravadas, divididas em três blocos, cada um com duração média de 15 a 20 minutos. Os programas vão debater sempre temas relacionados à reforma política, à participação dos jovens, às mudanças no perfil do eleitorado e aos avanços da democracia. A cada intervalo, entraremos ao vivo com os Boletins.

**Panorama** – Teremos um programa especial com uma hora de duração, gravado em três blocos, que vai discutir a importância das pesquisas eleitorais.

**Sala de Imprensa** – Programa ao vivo, com jornalistas convidados, para analisar as manchetes do dia e debater a expectativa do domingo com base nos últimos acontecimentos da véspera da eleição. Serão três blocos, com uma hora de duração.

**Geração** – Será exibido um programa especial que vai debater o papel da militância juvenil, com convidados que se identifiquem com o universo do público-alvo do Geração. Será gravado em dois blocos, com uma 30 minutos de duração.

**Eleições 2014 : apuração e resultados** – Assim que o primeiro voto for apurado, entraremos imediatamente ao vivo, do estúdio, do TRE e de qualquer outro ponto onde haja notícias relevantes, com âncoras, repórteres e convidados especiais para analisar todo o cenário político que emergirá das urnas. A cobertura ao vivo se estenderá até a madrugada.

**Identificação das fitas e dos cartões P2:** A correta identificação é fundamental, pois agiliza o uso do material de um programa pelo outro.

As identificações das decupagens devem ser deixadas na própria caixa da fita bruta. No caso dos cartões P2, o editor de texto deve passar a decupagem por *e-mail* para os outros editores do plantão. Na identificação das fitas editadas, deve-se escrever com letra legível para facilitar o trabalho dos operadores de caracteres. Assim que terminar o trabalho de edição e exibição do VT, as fitas brutas, as editadas e os *flashes* devem ser colocados nas duas prateleiras que serão separadas especialmente para o domingo das eleições.

**Créditos** – Se o editor tiver dúvidas na hora de anotar o nome de um entrevistado na fita, deve consultar o repórter. O mesmo deve acontecer com o operador de caracteres, que precisa prestar atenção ao que estiver digitando. Qualquer dúvida, o operador deve recorrer ao editor. Para esta eleição, vamos repetir o procedimento de 2012: divulgar o nome do candidato (**nome de urna**) e o partido a que pertence. Não usaremos o nome da coligação nem os partidos que a compõem porque a identificação ficaria muito extensa. Esse mesmo padrão foi adotado em todas as artes da eleição.

**Cedoc** – Haverá funcionários das 7 horas da manhã até o encerramento da apuração para fornecimento de fitas e de cartões P2, além de imagens de arquivo e pesquisa. No caso dos cartões P2, os funcionários estão orientados a disponibilizar o material imediatamente na rede.

**Crawl** – O *crawl* também deve ser um diferencial na cobertura do dia 5 de outubro. O trabalho será concentrado em um editor por turno. O recurso será utilizado durante todo o dia (programas ao vivo e gravados) com informações que serão apuradas por meio da ronda da Produção. Vamos divulgar notícias locais, estaduais e nacionais e também chamar a programação da TV para o resto do dia. Como teremos eventos durante o dia todo, podemos divulgar nos *crawls* o horário e o tema do programa seguinte.

**Material para o dia seguinte** – Um editor será escalado a partir das 17 horas exclusivamente para avaliar e separar o material (VTs e artes) que será usado na programação do dia seguinte (Panorama e Tribuna Livre ao vivo, na parte da manhã).

**Comportamento nos Controles A e B** – Durante a exibição dos programas ao vivo, devemos evitar qualquer atitude que disperse a atenção dos profissionais envolvidos na operação, como, por exemplo, atender o telefone celular, discutir assuntos particulares, conversar paralelamente, etc.

## 1.4 – RÁDIO

A equipe da Rádio Assembleia vai colaborar com a cobertura jornalística da TV com a captação de *audiotapes* enviados por rádios parceiras. A parceria foi confirmada previamente por 50 emissoras, localizadas em todas as capitais brasileiras, além de em municípios de todas as 10 macrorregiões de Minas Gerais. Em contrapartida, se houver interesse, as mesmas emissoras receberão *flashes* com informações de Belo Horizonte e do Estado, produzidos pela equipe da Rádio Assembleia.

- O expediente na Rádio Assembleia começará com o contato prévio para apuração de *audiotapes* a partir das 8 horas, prosseguindo até as 16h, observando a dinâmica de prioridades da TV Assembleia. Após esse horário, a Produção ou a Edição poderá contatar diretamente as rádios parceiras.
- Listas com os telefones e *e-mails* de chefes de redação, repórteres, produtores e locutores das rádios parceiras serão distribuídas previamente aos jornalistas da Rádio Assembleia. **Importante:** Cada jornalista terá uma listagem diferente e ficará responsável por finalizar o contato com todas as emissoras da sua relação.
- Antes de iniciar o contato, o jornalista da Rádio Assembleia deve verificar, no campo “**Obs.:**”, se há orientações específicas para cada localidade, como, por exemplo, diferenças de fuso horário, nomes dos candidatos a governador e a vice, indicações sobre quem se deve procurar para realizar a gravação, horário combinado para a gravação, etc.
- Será feita uma ligação prévia de apuração pelos jornalistas da Rádio Assembleia, posicionados nas cabines de locução da Rádio Assembleia. Eles deverão anotar nas próprias listas todos os novos contatos informados pelas rádios parceiras, os telefones, os agendamentos de gravações e outras informações relevantes para a continuidade do trabalho.
- Caso a emissora parceira tenha alguma notícia, o jornalista deverá anotar na própria lista a hora desse contato bem-sucedido e revisar o texto com o autor da notícia na rádio parceira, fazendo as adequações possíveis para a veiculação na TV Assembleia, entre elas:
  - As expressões que tornam factual ou “esquentam” demais o *flash* devem ser retiradas ou devem passar por adequações. Por exemplo, em vez de “fulano de tal votou há poucos instantes” ou “acaba de votar”, peça ao colaborador da rádio parceira que mude o texto para “fulano de tal votou por volta de 8 e quarenta e cinco ...” ou

“fulano de tal votou nesta manhã”. Ou, em vez de “fulano vota dentro de instantes”, peça ao colaborador da rádio parceira que mude para “a previsão é que o fulano vote por volta de 10 horas da manhã”. Porém, *flashes* sobre eventos que ainda vão ocorrer devem ser analisados, em função do tempo entre a gravação e a divulgação na TV Assembleia, que não é instantânea. Quando necessário, o jornalista da Rádio Assembleia deve agendar um novo contato com a rádio para depois da cobertura do evento já previsto.

- Os assuntos de grande repercussão jornalística devem ser informados ao jornalista/editor no estúdio, para que a TV Assembleia seja alertada sobre a prioridade de veiculação.
- O uso de sonoras deve ser evitado, a não ser em casos em que o áudio tenha grande relevância jornalística.
- **Importante:** Antes de transferir a ligação para o estúdio de gravação, o jornalista da Rádio Assembleia deve orientar o repórter da rádio parceira sobre a assinatura padrão: **Fulano de Tal, da Rádio XX, na Cidade YY, para a TV Assembleia.** O tempo máximo da notícia deve ser de um minuto.
- Após o contato prévio e observadas as orientações anteriores, o jornalista da Rádio Assembleia deve transferir a ligação para o Estúdio de gravação no ramal 7571. (Para transferir, aperte a tecla O (bolinha com pontinho dentro – no Word tem), aguarde o sinal contínuo, digite o ramal 7571, espere o atendimento e, só então, coloque o fone no gancho).
- Quando o telefone do Estúdio estiver ocupado com outra gravação, o jornalista da Rádio Assembleia deverá preencher um cupom próprio com os dados completos e corretos do repórter/locutor, da emissora contactada e da cidade, além do telefone para que o jornalista/editor responsável que estiver no Estúdio refaça o contato, tão logo seja possível.
- Considerando que o texto já foi repassado pelo jornalista na cabine juntamente com o autor da notícia, o jornalista/editor no estúdio da Rádio Assembleia revisará novamente as informações somente quando entendê-las inadequadas ou incorretas.
- Após a revisão final do áudio, o arquivo será salvo no computador em formato wav 48mhz-16 bits mono, na pasta P/\_*audiotapes*.
- O nome do arquivo deverá seguir ao seguinte padrão: número sequencial/hora da gravação/nome do Repórter/nome da Rádio/cidade/região/estado.

1. número sequencial / hora da gravação / nome do repórter / nome da rádio / cidade / região / estado. Ex:001– 9h30 – repórter Fulano de Tal – Rádio XX – Cidade Y – Estado Z.
2. Obs.: Para evitar erros de grafia e agilizar o serviço, o operador de gravação deve verificar se já existe na pasta especificada um título de arquivo de áudio já digitado para cada rádio e o repórter deverá usá-lo como modelo.

- Para áudios urgentes, será acrescentada a palavra urgente no título do áudio. Por exemplo: 002 – 10h30 – URGENTE – Repórter Fulano de Tal – Rádio XX – Cidade Y – Estado Z.
- Assim que a gravação for finalizada, o editor da TV designado para a edição dos *audiotapes* deverá ser informado pelo rádio. Para verificar se há novos áudios, o editor da TV deverá atualizar a lista, apertando a tecla F5 do computador. O áudio finalizado deve ser disponibilizado para veiculação no Boletim das Eleições. **A intenção é que, em média, sejam veiculados até quatro audiotapes por hora (um em cada Boletim), conforme o ritmo das gravações.**
- O aparelho de TV no Estúdio ficará sintonizado na TV Assembleia para se fazer esse acompanhamento. Todos os servidores envolvidos na cobertura pela Rádio e os diretores dos programas/vivos da TV devem monitorar a veiculação da notícia na programação para evitar que o conteúdo perca a validade. Quando isso acontecer, devem alertar para esse fato, para que o conteúdo seja retirado da lista de veiculação.
- Considerando o esforço e a expectativa de algumas rádios e repórteres quanto à veiculação de seus conteúdos depois da gravação e para evitar a perda de material, os retrabalhos ou o descarte de áudios, o editor da TV Assembleia, os diretores dos programas/vivos e o responsável pelo Boletim das Eleições devem solicitar à equipe da Rádio Assembleia que interrompa ou retome as gravações, conforme o andamento da veiculação dos áudios e o ritmo de veiculação.
- A Rádio Assembleia e a Produção da TV devem trabalhar integradas para que informações relevantes nos municípios e nos estados contemplados na cobertura sejam compartilhadas entre os integrantes da equipe, que poderão tentar captar *audiotapes* com a notícia de destaque nas emissoras parceiras.
- Os jornalistas da Rádio Assembleia devem anotar em local próprio na lista o horário em que foi feito o último contato bem-sucedido com

cada emissora e gravado o *audiotape*. Também devem anotar eventuais mudanças, erros nos telefones de contato, grafias corretas de nomes de repórteres, etc.

- O jornalista da Rádio Assembleia somente deve iniciar uma nova ronda nas rádios de sua lista que já gravaram *audiotapes* após finalizado o contato com todas as rádios da relação. Nesse segundo contato, a edição deve ser mais apurada para evitar excesso de informações repetidas. Caso haja dificuldade de contato em algumas localidades, o jornalista da Rádio Assembleia deve verificar na lista se há opção de emissoras-reserva, que podem ser contatadas caso a emissora que firmou a parceria não seja localizada ou não tenha disponibilidade.
- No revezamento de turnos, o jornalista da Rádio Assembleia deverá informar ao seu sucessor as possíveis pendências da sua lista, como rádios que não gravaram, agendamentos feitos, etc.
- A Rádio Assembleia também subsidiará as emissoras parceiras com informações da votação em Belo Horizonte e em Minas Gerais.
- O conteúdo terá como fontes de informação a equipe de vivo da TV no TRE, repórteres e produtores da TVA, escuta radiofônica, *sites* com fontes oficiais, etc.
- Em média, a cada 1h30, o repórter de rádio produzirá boletins radiofônicos curtos com as novidades mais recentes.
- Textos impressos devem ser entregues aos jornalistas nas cabines. As informações sobre Minas Gerais e Belo Horizonte serão enviadas ao vivo, às emissoras parceiras que demonstrarem interesse, e por *e-mail* a todas as rádios parceiras.
- A cada contato para captação de *audiotapes* para a TV, o jornalista da Rádio Assembleia, se possível, deverá aproveitar a ligação e transmitir um boletim, caso seja interesse da emissora parceira. Se não for possível a transmissão naquele momento, a rádio parceira deve ser indagada se há interesse na transmissão e para qual telefone deve-se ligar para fazê-la.
- Os boletins com as informações de Belo Horizonte e Minas Gerais serão gravados pelo repórter no estúdio e publicados na página da Rádio Assembleia ([www.almg.gov.br/radio](http://www.almg.gov.br/radio)) com o *teaser* e a vinheta Eleições 2014.
- Após a publicação do áudio na página da Rádio Assembleia, a lista com os *podcasts* mais recentes deve ser enviada às rádios do *mailing* das Eleições que manifestaram interesse pelas notícias de Belo Horizonte e Minas Gerais.

- Caso seja solicitado, os jornalistas devem repassar às emissoras parceiras os seguintes contatos da Rádio Assembleia:

*site*: [www.almg.gov.br/radio](http://www.almg.gov.br/radio)

telefones: (31) 2108 7570 ou (31) 2108 7414

*e-mail*: [radio@almg.gov.br](mailto:radio@almg.gov.br)

## 1.5 – GERÊNCIA-GERAL DE RADIODIFUSÃO

A equipe vai acompanhar a instalação do sistema de transmissão e recepção de sinais de áudio e vídeo via telefonia móvel celular a partir do dia 29/09, bem como a adequação da estrutura da TV para a cobertura das Eleições 2014.

### Infraestrutura

O **Estúdio** funcionará com três câmeras, seis microfones de lapela, três TPs, dois retornos de vídeo (totem e um televisor do cenário do Repórter Assembleia), um sistema de ponto eletrônico sem fio, um sistema de ponto eletrônico com fio (dois receptores) e um *tablet* ou *notebook* (*wi-fi*).

O **Controle A** receberá os sinais do *mochilink*, do CAC e do Scan Converter.

O **Controle B** receberá os sinais do *mochilink*, do Estúdio e do CAC e será o responsável pela geração das pranchas através de dois micros em rede conectados ao Scan Converter.

O **Ponto de Vivo** no CAC funcionará com uma câmera, um microfone de mão com fio, um ponto de iluminação, um retorno de vídeo, um intercomunicador para o repórter e um intercomunicador para o cinegrafista.

Ao todo teremos três equipamentos de *mochilink* (dois da TV ALMG e um da TV Câmara). Os equipamentos funcionarão com uma câmera de vídeo Panasonic AG-HPX370 e um microfone de mão, e a comunicação se dará através do telefone celular da equipe de reportagem (corporativo).

### Atuação das equipes

A equipe da manhã, no sábado e no domingo, será formada por três técnicos que acompanharão toda a movimentação da transmissão da cobertura. Além dos técnicos, teremos um servidor responsável pelo Almoxrifado e um supervisor técnico operacional no período das 7 às 16 horas.

À tarde, será mantido o mesmo esquema anterior: toda a equipe será substituída e o período de trabalho será das 15 horas até o final da transmissão.

No dia seguinte ao da eleição (6 de outubro), a equipe fará o acompanhamento das atividades no Estúdio e as adequações do Controle A e B.

# 2 DADOS GERAIS DAS ELEIÇÕES

1º turno: 5 de outubro.

2º turno: 26 de outubro, se houver.

Não haverá 2º turno quando um dos candidatos atingir a maioria absoluta dos votos válidos (excluindo brancos e nulos) já em 1º turno.

Horário da votação: das 8 às 17 horas.

Ordem de votação na urna eletrônica: deputado estadual/distrital, deputado federal, senador, governador e presidente.

Serão eleitos em outubro:

- Presidente da República e vice-presidente.
- 27 governadores (estados + Distrito Federal) e 27 vices.
- 27 senadores no Brasil (um por estado e um pelo Distrito Federal).
- 54 suplentes de senadores no Brasil (são dois suplentes para cada senador).
- 1 senador em Minas Gerais.
- 2 suplentes de senadores em Minas Gerais.
- 513 deputados federais no Brasil.
- 1059 deputados estaduais no Brasil.

Obs.:

1. Em 2014 está em disputa apenas uma vaga para o Senado. Em 2010, o eleitor votou em dois senadores em função da renovação do Senado Federal na proporção de 2/3. Em Minas, os vencedores daquela eleição foram: Aécio Neves e Itamar Franco (que faleceu durante o mandato, em 2 de julho de 2011). A vaga deixada por Itamar foi assumida pelo 1º-suplente, Zezé Perrella.
2. O mandato de um senador é de oito anos. Para os demais cargos, o mandato é de quatro anos.

**Deputado federal** – 53 vagas para Minas Gerais

Cada partido pôde lançar até 80 candidatos (uma vez e meia o número de vagas).

Cada coligação pôde lançar até 106 candidatos (o dobro do número de vagas).

Obs.: MG é o segundo estado com o maior número de vagas para deputado federal.

**Deputado estadual** – 77 vagas em Minas Gerais

Cada partido pôde lançar até 116 candidatos (uma vez e meia o número de vagas).

Cada coligação pôde lançar: até 154 candidatos (o dobro do número de vagas).

Obs.: MG é o segundo estado com o maior número de vagas para deputado estadual.

Para a legislatura que se iniciará em 2015, a representação dos estados e do Distrito Federal na Câmara dos Deputados será a seguinte:

	Número de Estados	Número de deputados(as)	Número de Estados	Número de deputados(as)
Acre	8		Paraíba	12
Alagoas	9		Paraná	30
Amapá	8		Pernambuco	25
Amazonas	8		Piauí	10
Bahia	39		Rio de Janeiro	46
Ceará	22		Rio Grande do Norte	8
Distrito Federal	8		Rio Grande do Sul	31
Espírito Santo	10		Rondônia	8
Goiás	17		Roraima	8
Maranhão	18		Santa Catarina	16
Mato Grosso	8		São Paulo	70
Mato Grosso do Sul	8		Sergipe	8
Minas Gerais	53		Tocantins	8
Pará	17		<b>Total</b>	<b>513</b>

As assembleias legislativas terão o seguinte número de deputados(as):

Estados	Número de deputados(as)	Estados	Número de deputados(as)
Acre	24	Paraíba	36
Alagoas	27	Paraná	54
Amapá	24	Pernambuco	49
Amazonas	24	Piauí	30
Bahia	63	Rio de Janeiro	70
Ceará	46	Rio Grande do Norte	24
Distrito Federal	24	Rio Grande do Sul	55
Espírito Santo	30	Rondônia	24
Goiás	41	Roraima	24
Maranhão	42	Santa Catarina	40
Mato Grosso	24	São Paulo	94
Mato Grosso do Sul	24	Sergipe	24
Minas Gerais	77	Tocantins	24
Pará	41		

**Total 1.059**  
Eleições Proporcionais 2014

\*Fonte: TRE-MG

Coligações para deputado federal: 9

Partidos (isolados) para deputado federal: 2

PARTIDO/COLIGAÇÃO	NOME DA COLIGAÇÃO
PSTU/PSOL	Frente de Esquerda Socialista
PCO	
PTN/PSDC	Uma Só Minas
PTB/PMN	Unidos por Minas
PPS/PV/PDT	Minas Segue em Frente
PTdoB/PRP/PHS/PEN	+ Minas
PRTB/PSB/PPL	Minas quer Mudança
DEM/PSDB/PP/PSD/PR/SD	A Vez de Minas
PSC/PTC/PSL	Minas Melhor
PT/PMDB/PCdoB/PROS/PRB	Minas Pra Você
PCB	

Total de candidatos: 698

Coligações para deputado estadual: 9

Partidos (isolados) para deputado estadual: 5

PARTIDO/COLIGAÇÃO	NOME DA COLIGAÇÃO
DEM/PSDB/PP/PSD/PPS	A Voz de Minas
PCB	
PCdoB	
PR	
PDT/PV	Minas Avança
PMN	
PTdoB	
PRP/PEN/PHS	Sou + Minas
PRTB/PSB/PPL	Minas quer Mudança
PSC/PTC/PSL	Minas Melhor
PSTU/PSOL	Frente de Esquerda Socialista
PT/PROS/PMDB/PRB	Minas para Todos
PTB/SD	Avante Minas
PTN/PSDC	Uma Só Minas

Total de candidatos: 1.199

Candidatos que disputam a reeleição

**45** disputam a reeleição para deputado federal.

**64** disputam a reeleição para deputado estadual.

Número de candidatos por cargo – Brasil

Total de pedidos de registros de candidaturas recebidos: 26.155

CARGO	QUANTITATIVO
Presidente	11
Vice-presidente	11
Governador	166
Vice-governador	165
Senador	171
Deputado federal	6.168
Deputado estadual	14.843
Deputado distrital	978
Senador 1º-suplente	167
Senador 2º-suplente	170
<b>Total aptos</b>	<b>22.850</b>

\*Fonte: TRE-MG – Estatística Eleitoral 2014 – Última atualização dos dados: 16/9/2014 – 20h10 – Obs.: Esta tabela inclui apenas os candidatos aptos, e os números estão sujeitos a mudanças, porque, quando o manual foi elaborado, os julgamentos ainda estavam em andamento.

## Registros de candidaturas – MG

Total de pedidos de registros de candidaturas recebidos: 1.944

Governador	7
Vice-governador	7
Senador	8
Senador 1º-suplente	8
Senador 2º-suplente	8
Deputado federal	619
Deputado estadual	1.053
<b>Total aptos</b>	<b>1.710</b>

\*Fonte: TRE-MG – Estatística Eleitoral 2014 – Última atualização dos dados: 16/9/2014 – 20h10 – Obs.: Esta tabela inclui apenas os candidatos aptos, e os números estão sujeitos a mudanças, porque, quando o manual foi elaborado, os julgamentos ainda estavam em andamento.

### OBS.:

181 indeferimentos até 16/9/2014.

13 indeferimentos com base na Lei da Ficha Limpa (Lei Complementar nº 135, de 2010) até 15/9/2014.

## Candidatos por cargo e sexo – Minas Gerais

\* Fonte: TRE-MG – Estatísticas Eleitorais 2014 – Última atualização dos dados: 17/9/2014 – 11h08

### Governador

UF	Homens	%	Mulheres	%	<b>Total</b>
Minas Gerais	6	85,71	1	14,29	<b>*7</b>

\*Obs.: número de candidatos aptos.

### Vice-governador

UF	Homens	%	Mulheres	%	<b>Total</b>
Minas Gerais	5	71,43	2	28,57	<b>*7</b>

\*Obs.: número de candidatos aptos.

### Senador

UF	Homens	%	Mulheres	%	<b>Total</b>
Minas Gerais	6	75	2	25	<b>*8</b>

\*Obs.: número de candidatos aptos.

### Deputado federal

UF	Homens	%	Mulheres	%	<b>Total</b>
Minas Gerais	429	69,31	190	30,69	<b>*619</b>

\*Obs.: número de candidatos aptos.

### Deputado estadual

UF	Homens	%	Mulheres	%	<b>Total (T)</b>
Minas Gerais	733	69,61	320	30,39	<b>*1.053</b>

\*Obs.: número de candidatos aptos.

### Senador 1º-suplente

UF	Homens	%	Mulheres	%	<b>Total</b>
Minas Gerais	6	75	2	25	<b>*8</b>

\*Obs.: número de candidatos aptos.

### Senador 2º-suplente

UF	Homens	%	Mulheres	%	<b>Total</b>
Minas Gerais	8	100	x	x	<b>*8</b>

\*Obs.: número de candidatos aptos.

## Eleições com urna biométrica

Nesta eleição, mais de 21,6 milhões de eleitores de 762 municípios brasileiros (15,18% do eleitorado), incluindo-se 15 capitais, vão utilizar a identificação biométrica na hora de votar. Na última eleição geral, em 2010, apenas 1.136.140 eleitores (cadastrados em 60 municípios de 23 estados) puderam votar utilizando essa tecnologia.

Nas eleições deste ano, a maioria das urnas já estão equipadas com a tecnologia da biometria. Dos 530 mil equipamentos que serão usados em 2014, apenas 73 mil não possuem esse sistema. Em três estados (Alagoas, Amapá e Sergipe) e no Distrito Federal, a revisão biométrica também

alcançou todo o eleitorado. Segundo a assessoria de imprensa do Tribunal Superior Eleitoral, a meta da Justiça Eleitoral para a próxima eleição geral, em 2018, é realizar o pleito com identificação biométrica de 100% do eleitorado nacional.

Nas eleições de 2014, em duas cidades – Florianópolis (SC) e Bento Gonçalves (RS) – haverá identificação mista de eleitores (com biometria e pelo método tradicional). Apesar de esses municípios não terem participado da revisão eleitoral biométrica, eles dispõem de urnas eletrônicas com leitor biométrico, e alguns eleitores já foram cadastrados para utilizar o novo método.

Embora 21.677.955 milhões de eleitores estejam aptos a utilizar a identificação biométrica nesta eleição, já existem 23.851.673 milhões de eleitores identificados pela biometria. Isso ocorreu porque eleitores que tiraram outro título ou pediram transferência em cartórios eleitorais que já dispõem de *kits* biométricos aproveitaram a oportunidade para cadastrar suas digitais.

Existem eleitores que não puderam ser identificados pela biometria em razão de portarem deficiência que impossibilita a leitura das impressões digitais. Durante o cadastramento biométrico, são colhidas as impressões dos 10 dedos, mas, no momento do voto, os mesários estão orientados a indicar a utilização de polegares e indicadores. Caso nenhuma das quatro digitais seja reconhecida, o mesário deve proceder à identificação tradicional do eleitor. A identificação biométrica não dispensa a apresentação, pelo eleitor, de documento oficial com foto ou título de eleitor (se possuir).

## Minas

Em Minas, as urnas biométricas serão utilizadas em 26 municípios, sendo que, em quatro cidades (Curvelo, Pará de Minas, Ponte Nova e São João del-Rei), o sistema já foi adotado em 2010. Ao todo, quase 463 mil eleitores serão identificados por meio das digitais. Para participar da votação, esses eleitores foram recadastrados.

A primeira vez que essa tecnologia foi adotada em Minas Gerais foi nas eleições de 2008, em apenas três municípios.

Município	Eleitorado *
Araporã	4.939
Bom Jesus do Amparo	4.431
Brás Pires	3.983
Cachoeira Dourada	2.051
Coimbra	5.657
Curvelo	54.298
Divinésia	3.446
Divinópolis	151.765
Dores do Turvo	4.571
Estrela Dalva	2.605
Faria Lemos	2.829
Galileia	5.175
Itaguara	9.324
Itapeva	6.339
Marmelópolis	2.514
Mata Verde	5.543
Montezuma	5.061
Pará de Minas	58.918
Ponte Nova	42.465
Santa Efigênia de Minas	3.717
Santa Rita do Itueto	4.395
Santo Antônio do Rio Abaixo	1.727
São João del-Rei	64.984
Senador Firmino	6.056
Tapira	3.740
Umburatiba	2.414
<b>Total</b>	<b>462.947</b>

\* Dados ago/2014 – TRE-MG

## Dados e números

Eleitores que serão identificados pelas impressões digitais nas eleições de 2014: 21.677.955.

Unidades da Federação que fizeram revisão biométrica com todos os eleitores:

1. Alagoas: 1.986.030 eleitores (99,51%).

2. Amapá: 454.479 eleitores (99,77%).
3. Distrito Federal: 1.895.252 eleitores (99,87%).
4. Sergipe: 1.450.691 eleitores (99,76%).

### Capitais que fizeram revisão biométrica com todos os eleitores

Rio Branco (AC)	Teresina (PI)
Maceió (AL)	Curitiba (PR)
Macapá (AP)	Natal (RN)
Brasília (DF)	Porto Velho (RO)
Goiânia (GO)	Boa Vista (RR)
São Luís (MA)	Aracaju (SE)
João Pessoa (PB)	Palmas (TO)
Recife (PE)	

### Eleitorado

\* Fonte dos dados abaixo: TSE e TRE-MG

Eleitorado brasileiro .....	142.822.046
Eleitorado no Brasil .....	142.467.862
Eleitores no exterior .....	354.184
Eleitorado mineiro .....	15.248.681
Eleitorado de Belo Horizonte (com eleitores que vão votar em trânsito e fizeram a opção por BH) (Fonte: TRE-MG) .....	1.911.142
Eleitorado de Belo Horizonte (sem eleitores do voto em trânsito) (Fonte: TRE-MG) .....	1.909.031

	Município	Zonas eleitorais	Locais de votação	Seções eleitorais	Eleitorado	
	Belo Horizonte	1	18 zonas	429	4.384	1.911.142
	Minas Gerais	853	351	10.078	45.762	15.248.681
	Interior de Minas Gerais	852	333	9.649	41.378	13.337.539
	Brasil	5.570	3.038 (Obs.: inclui a zona eleitoral do exterior.)	Resposta A.I TSE: Esse número ainda não foi finalizado. Mais próximo das eleições vamos divulgá-lo.	450 mil (Obs.: inclui as seções do exterior.)	142.822.046 (Obs.: inclui o eleitorado no exterior.)

### Os três maiores colégios eleitorais do Brasil

\*Fonte: TSE

UF	Eleitorado
São Paulo	31.998.432
Minas Gerais	15.248.681
Rio de Janeiro	12.141.145

### Os três menores colégios eleitorais do Brasil

\*Fonte: TSE

UF	Eleitorado
Roraima	299.558
Exterior	354.184
Amapá	455.514

### Os três maiores colégios eleitorais de Minas

\*Fonte: TRE-MG

MG	Eleitorado
Belo Horizonte	1.911.142
Uberlândia	462.813
Contagem	443.587

### Os três menores colégios eleitorais de Minas

\*Fonte: TRE-MG

MG Eleitorado	
Grupiara	1.495
Cedro de Abaeté	1.419
Serra da Saudade	1.105

### Evolução do eleitorado – Minas Gerais

\*Fonte: TRE-MG

ANO ELEITORADO TOTAL	
2014 (eleições gerais)	15.248.681
2012 (eleições municipais)	15.019.136
2010 (eleições gerais)	14.522.090
2008 (eleições municipais)	14.072.285

Sexo	Quantidade	%
Masculino	7.374.048	48,359
Feminino	7.860.103	51,546
Não informado	14.530	0,095
<b>Total</b>	<b>15.248.681</b>	<b>100</b>

Faixa etária	Quantidade	%
**Inválida	405	0,003
Superior a 79 anos	470.885	3,088
70 a 79 anos	836.294	5,484
60 a 69 anos	1.506.479	9,879
45 a 59 anos	3.731.833	24,473
35 a 44 anos	2.968.067	19,464
25 a 34 anos	3.415.004	22,395
21 a 24 anos	1.297.316	8,508
18 a 20 anos	882.755	5,789
17 anos	98.920	0,649
16 anos	40.723	0,267
<b>Total</b>	<b>15.248.681</b>	<b>100</b>

\*\* Obs.: Segundo a assessoria de imprensa do TRE-MG se encaixam nessa situação os registros de eleitores que estão desatualizados porque são muito antigos ou tiveram data de nascimento digitada com algum erro e, por isso, geraram um número estranho para a idade de uma pessoa.

### As maiores zonas eleitorais no Estado

Município	Zona	Eleitorado 1º turno	Eleitorado 2º turno
Belo Horizonte	334 <sup>a</sup> – Rua Dr. Álvaro Camargos, 2.480 – Santa Mônica	126.906**	126.908**
Belo Horizonte	333 <sup>a</sup> – Rua Alcindo Vieira, 67 – Barreiro	124.879	124.879
Contagem	90 <sup>a</sup> – Av. João César de Oliveira, 1.434 – 1º andar – Eldorado	117.529**	117.532**
Pouso Alegre	227 <sup>a</sup> – Av. Prefeito Olavo Gomes de Oliveira, 3.000 – bairro Santa Rita	116.339**	116.341**

\*\* Obs.: A diferença de eleitorado entre 1º e 2º turno existe por causa do voto em trânsito.

### Maior e menor zona eleitoral do Estado por número de eleitores, número de seções e número de locais de votação

	Em número de eleitores	Em número de seções	Em número de locais de votação
Maior ZE do Estado	334 <sup>a</sup> Belo Horizonte – Rua Dr. Álvaro Camargos, 2.480 – Santa Mônica Eleitorado: 126.989 aptos	227 <sup>a</sup> Pouso Alegre – Av. Pref. Olavo Gomes de Oliveira, 3.000 Seções: 365	237 <sup>a</sup> Rio Pardo de Minas – Pça. Dr. Benedito Valadares, 220 Locais de votação: 164
Menor ZE do Estado	86 <sup>a</sup> Conquista – Rua Zequinha de Araújo 42 Eleitorado: 5.004	86 <sup>a</sup> Conquista – Rua Zequinha de Araújo, 42 Seções: 19	289 <sup>a</sup> Mercês – Praça Bias Fortes, 221 Locais de Votação: 3

## Seções com maior número de eleitores aptos em Minas Gerais

	Zona	Município- -sede	Seção	Quantidade de aptos
Interior	279 <sup>a</sup> Av. Vasconcelos Costa, 1.646	Uberlândia	32	464
Capital	331 <sup>a</sup> Av. do Contorno, 7.038	Belo Horizonte	195	532

## Locais de votação e seções

	Locais de votação	Seções
Interior	9.649	4.384
Belo Horizonte	429	41.378
Total	10.078	45.762

## Belo Horizonte:

Local de votação com maior eleitorado	Local de votação com maior número de seções
Escola Municipal Santos Dumont, situada na Av. Mem de Sá, 600 – Santa Efigênia Eleitorado: 12.027 aptos Zona eleitoral: 35 <sup>a</sup>	Face/UFMG – rua Cobre 200 Total de seções: 28

## Eleitorado de BH por zonas eleitorais

Zona eleitoral	Quantidade de seções	Quantidade de locais de votação	Total de eleitores aptos
26 <sup>a</sup>	231	23	97.994
27 <sup>a</sup>	205	19	91.393
28 <sup>a</sup>	243	25	108.068
29 <sup>a</sup>	232	25	104.695
30 <sup>a</sup>	267	29	111.487
31 <sup>a</sup>	246	24	110.209
32 <sup>a</sup>	248	30	105.381
33 <sup>a</sup>	234	25	95.430

Zona eleitoral	Quantidade de seções	Quantidade de locais de votação	Total de eleitores aptos
34 <sup>a</sup>	268	28	113.100
35 <sup>a</sup>	278	25	112.798
36 <sup>a</sup>	229	22	98.400
37 <sup>a</sup>	226	21	96.441
38 <sup>a</sup>	252	22	109.085
39 <sup>a</sup>	246	23	112.674
331 <sup>a</sup>	211	22	92.409
332 <sup>a</sup>	218	20	97.682
333 <sup>a</sup>	274	21	124.879
334 <sup>a</sup>	276	25	126.906
<b>Total</b>	<b>4.384</b>	<b>429</b>	<b>1.909.031</b>

Atenção: esse número não inclui os eleitores de outros estados que vão votar em trânsito e fizeram a opção por BH. Com esses eleitores, o eleitorado sobe para 1.911.142. Fonte: TRE-MG.

## Comparativos

### Comparativo Eleições 2010/2014 – Brasil

\*Fonte: TRE-MG

2010	2014
135.804.433 eleitores	142.822.046 eleitores
*Mulheres – 70.373.971 – 51,82% do total	*Mulheres – 74.459.424 – 52,13% do total
*Homens – 65.282.009 – 48,07% do total	*Homens – 68.247.598 – 47,78% do total
16 a 17 anos – 1,76% do total (2.391.352)	16 a 17 anos – 1,14% do total (1.638.751)
18 a 20 anos – 6,51% do total (8.845.488)	18 a 20 anos – 6,16% do total (8.801.550)
Mais de 70 anos – 6,91% do total (9.395.016)	Mais de 70 anos – 7,58% do total (10.824.810)

\* Obs.: Se você somar o número de homens e mulheres, não vai encontrar o total de eleitores. A diferença corresponde aos eleitores que não informaram o sexo durante o cadastramento.

**Comparativo Eleições 2010/2014 – Minas Gerais**

\*Fonte: TRE-MG

2010	2014
14.522.090 eleitores	15.248.681 eleitores
*Mulheres – 7.451.757 – 51,31% do total	*Mulheres – 7.860.103 – 51,54% do total
*Homens – 7.053.417 – 48,57% do total	*Homens – 7.374.048 – 48,35% do total
16 a 17 anos – 1,70% do total (247.339)	16 a 17 anos – 0,91% do total (139.643)
18 a 20 anos – 6,37% do total (925.885)	18 a 20 anos – 5,78% do total (882.755)
Mais de 70 anos – 7,52% do total (1.092.714)	Mais de 70 anos – 8,57% do total (1.307.179)

\* Obs.: Se você somar o número de eleitores homens e mulheres não vai encontrar o total de eleitores. A diferença corresponde aos eleitores que não informaram o sexo durante o cadastramento. Um levantamento do eleitorado de 2014 em Minas mostrou que esse grupo é formado por 14.530 (0,095%) eleitores.

**Voto facultativo/Eleitorado jovem (16/17 anos)**

O voto é obrigatório para os cidadãos brasileiros alfabetizados maiores de 18 e menores de 70 anos e facultativo para quem tem 16 e 17 anos, para os maiores de 70 anos e para as pessoas analfabetas.

Atualmente, existem 142.822.046 eleitores no Brasil. Desse total, 480.044 têm 16 anos, 1.158.707 estão com 17 anos, 7.020.649 têm de 70 a 79 anos e 3.804.161 estão acima dos 79 anos. Os analfabetos são 7.389.545 milhões. Ou seja, o número de eleitores cujos votos são facultativos chega a 19.853.106.

Os eleitores que são obrigados a votar e não comparecerem às urnas por três eleições consecutivas (cada turno é considerado uma eleição) podem ter o título cancelado. Sem o documento, o eleitor fica impedido, por exemplo, de contrair empréstimos em instituições financeiras governamentais, tirar passaporte e tomar posse em cargo público, caso seja aprovado em concurso.

A obrigatoriedade do voto no Brasil vem desde 1932, com a edição do Código Eleitoral daquele ano, sendo reiterada pela Constituição Federal de 1988.

**Brasil – eleitores na faixa etária entre 16 e 17 anos**

\*Fonte: TSE

2006	2010	2014
2.566.391	2.391.352	2.638.751

**Percentual da evolução do eleitorado jovem em Minas Gerais (em relação ao total de eleitores)**

ANO	ELEITORADO JOVEM	ELEITORADO EM MG	%
1989	420.060	9.433.103	4,45%
1990	305.132	9.492.555	3,21%
1992	387.805	10.092.374	3,84%
1994	233.801	10.559.739	2,21%
1996	266.762	11.241.173	2,37%
1998	198.706	11.815.183	1,68%
2000	357.279	12.259.469	2,91%
2002	206.327	12.680.584	1,63%
2004	389.018	13.281.088	2,93%
2006	250.203	13.679.738	1,83%
2008	316.880	14.072.285	2,25%
2010	247.339	14.522.090	1,70%
2012	316.880	15.019.136	2,25%
2014	139.643	15.248.681	0,916%

# 3 NOVIDADES DA ELEIÇÃO 2014

## **Aplicação da Lei da Ficha Limpa pela primeira vez em eleições gerais**

A Lei da Ficha Limpa (Lei Complementar nº135/2010), sancionada no dia 4 de junho de 2010, começou a vigorar três dias depois, mas só foi aplicada nas eleições municipais de 2012. A lei dispõe de 14 hipóteses de inelegibilidades que sujeitam aqueles que nelas se enquadram a oito anos de afastamento das urnas como candidatos. As inelegibilidades da Lei da Ficha Limpa, que punem quem comete alguma irregularidade ou delito de ordem eleitoral (ou não), foram introduzidas no inciso I do artigo 1º da Lei de Inelegibilidades (Lei Complementar nº 64/90) na forma de alíneas.

## **Validade**

A Lei Complementar nº135/2010 foi aprovada pelo Congresso Nacional após receber as assinaturas de 1,3 milhão de brasileiros em apoio às novas regras. Por ocasião de sua aprovação, houve grande discussão sobre quando a lei deveria passar a valer, em razão do artigo 16 da Constituição Federal. O dispositivo estabelece que normas que modificam o processo eleitoral só podem ser aplicadas um ano após a sua vigência.

O Tribunal Superior Eleitoral (TSE) decidiu, em agosto de 2010, que a lei seria aplicável às eleições gerais daquele ano, apesar de ter sido publicada menos de um ano antes da data do pleito. O tribunal tomou a decisão ao analisar o primeiro caso sobre indeferimento de um registro de candidatura com base em inelegibilidade da Lei da Ficha Limpa. Porém, o Supremo Tribunal Federal (STF) definiu que a lei não poderia ser adotada para as eleições gerais de 2010, porque isso desrespeitaria o artigo 16 da Constituição.

Já em fevereiro de 2012, o STF decidiu, ao examinar duas ações, que a Lei da Ficha Limpa era constitucional e valia para as eleições municipais daquele ano. Com base nesse entendimento, a Justiça Eleitoral julgou milhares de processos referentes a candidatos apontados como

inelegíveis de acordo com a lei. Dos 7.781 processos sobre registros de candidatura que chegaram ao TSE sobre as eleições de 2012, 3.366 dos recursos tratavam da Lei da Ficha Limpa, o que corresponde a 43% do total.

## **Voto em trânsito nos municípios com mais de 200 mil eleitores**

Os eleitores que não estiverem em seus domicílios eleitorais no dia do 1º e/ou do 2º turno das eleições poderão votar em trânsito para presidente e vice, desde que estejam em alguma capital do País ou em município com mais de 200 mil eleitores. Ao todo, 92 cidades brasileiras vão oferecer essa possibilidade de voto. São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais são os estados mais procurados pelos eleitores que fizeram essa opção.

Para participar, o eleitor precisou se habilitar perante a Justiça Eleitoral de 15 de julho a 21 de agosto de 2014, portando documento oficial com foto e indicando o local onde pretendia votar. Esse período também foi estabelecido como prazo para o eleitor desistir da sua opção.

Os eleitores habilitados para votar em trânsito terão seus nomes excluídos da urna eletrônica de sua seção de origem, passando a constar, exclusivamente, na urna da seção que escolheu para votar em trânsito. Se o eleitor não comparecer à seção para votar no dia da eleição será considerado faltoso e deverá justificar a sua ausência em qualquer mesa que receba justificativas, inclusive no seu domicílio eleitoral de origem (só não é possível justificar na cidade onde o eleitor indicou que pretendia votar).

Em 2010, o voto em trânsito só estava disponível nas capitais dos estados. Naquele ano, 80.419 eleitores registraram o pedido para votar em trânsito no primeiro turno e 76.458 no segundo turno.

Oito cidades de Minas Gerais terão seções para receber eleitores que estejam votando em trânsito: Belo Horizonte, Uberlândia, Contagem, Juiz de Fora, Betim, Montes Claros, Uberaba e Governador Valadares.

## Brasil – Pedidos para votar em trânsito

\* Fonte: TSE

1º turno – 84.418 eleitores

2º turno (se houver) – 79.513 eleitores

## Estados com maior número de pedidos para votar em trânsito

\*Fonte: TSE

Estados	1º turno	2º turno (se houver)
São Paulo	18.727	17.597
Minas Gerais	12.104	11.583
Rio Grande do Sul	6.805	6.378

## Estados com menor número de pedidos para votar em trânsito

\*Fonte: TSE

Estados	1º turno	2º turno (se houver)
Amapá	146	146
Roraima	147	139
Acre	208	205

## Estados mais procurados pelos eleitores que vão votar fora do seu domicílio eleitoral

\*Fonte: TSE

Estados	1º turno	2º turno (se houver)
São Paulo	24.679	23.393
Rio de Janeiro	7.538	7.117
Minas Gerais	6.933	6.493

## Estados menos procurados pelos eleitores que vão votar em trânsito

\*Fonte: TSE

Estados	1º turno	2º turno (se houver)
Acre	285	267
Amapá	312	287
Roraima	489	467

## Minas Gerais – Voto em trânsito

\*Fonte: TRE-MG

### Alterações no eleitorado para presidente em Minas Gerais:

	1º Turno Saíram para votar em trânsito	** Eleitorado 1º turno	2º Turno Saíram para votar em trânsito	** Eleitorado 2º turno
Capital	2.111	1.909.031	2.015	1.909.127
Interior	9.993	13.327.546	9.568	13.327.971
Total	12.104	15.236.577	11.583	15.237.098

\*\* Obs.: A assessoria de imprensa do TRE-MG esclareceu que as diferenças de eleitorado do 1º para o 2º turno devem-se aos pedidos registrados para receber votos em trânsito.

### - Proibição de propaganda por *telemarketing*

É vedada a realização de propaganda via telemarketing, em qualquer horário. A justificativa para proibir essa prática baseia-se no direito constitucional de todas as pessoas à privacidade. O uso de telemarketing muitas vezes invade a privacidade dos eleitores, que podem receber telefonemas com propaganda eleitoral em momentos inoportunos.

### - Proibição de associar nome de candidato a órgão público

Não será permitido, na composição do nome do candidato – a ser inserido na urna eletrônica – o uso de expressões e/ou siglas pertencentes a quaisquer órgãos da administração pública direta ou indireta, federal, estadual e municipal.

Ex.: João da UFMG, Pedro do INSS.

### - Obrigatoriedade do uso de Libras

Os debates entre os candidatos transmitidos na televisão deverão utilizar a Linguagem Brasileira de Sinais (Libras) ou o recurso de legenda, observadas as regras técnicas aplicáveis.

### - Urnas novas com botão “liga e desliga”

10% das urnas que serão utilizadas nesta eleição não são mais acionadas por chaves, pois foram equipadas com botão “liga e desliga”. A novidade vai facilitar a operação das urnas pelos mesários e evitar o risco de travamento na hora de utilizar a chave. Segundo a Secretaria de Tecnologia da Informação, a previsão é de que em 2020 todas as urnas já serão acionadas pelo botão de “liga e desliga”. Uma urna dura, em média, 10 anos, e o equipamento mais novo que ainda usa chave é um modelo de 2010.

# 4 DO QUE O ELEITOR PRECISA SABER

## Para votar

O 1º turno das eleições está marcado para o dia 5 de outubro de 2014 e o 2º turno, caso ocorra, será em 26 de outubro de 2014. O horário de votação é das 8 às 17 horas. Para votar, o eleitor deve levar um documento oficial de identificação com foto. São aceitos: carteira de identidade, certificado de reservista, carteira de trabalho, carteira nacional de habilitação com foto, identidades funcionais e passaporte; não são aceitos: certidão de nascimento ou casamento. Vale lembrar que ter também o título eleitoral em mãos facilita a identificação do seu local de votação.

Para saber o número da seção, o local de votação e os números dos seus candidatos, o eleitor mineiro pode acessar o *site* [www.tre-mg.jus.br](http://www.tre-mg.jus.br) na área “Eleitor” ou ligar para o Disque-Eleitor, nos números 148 ou 3291-0004.

## Para se justificar

O eleitor que estiver fora de seu domicílio eleitoral no dia da eleição (fora da cidade onde vota) terá de justificar sua ausência por meio do formulário, que pode ser obtido gratuitamente nos cartórios eleitorais, nos postos de atendimento ao eleitor, no *site* do TSE ou do TRE e no dia do pleito, nos locais de votação.

No dia da eleição, basta que o eleitor, portando o título eleitoral e um documento oficial de identificação, entregue o formulário preenchido em uma seção eleitoral ou nos locais próprios para a justificativa. Atenção: para se justificar o eleitor tem que saber o número do seu título e zona e seção eleitorais de sua inscrição. Caso o eleitor não entregue o requerimento de justificativa no dia da votação, ele deve apresentar um requerimento próprio, pessoalmente, em qualquer cartório eleitoral, ou enviá-lo pelo correio ao juiz da zona eleitoral onde está inscrito, até 60 dias após cada turno da votação (até 4 de dezembro de 2014, com relação ao 1º turno e até 26 de dezembro de 2014, com relação ao 2º turno). Em qualquer hipótese, o requerimento deve ser acompanhado da documentação com-

probatória da impossibilidade de comparecimento ao pleito, para que o juiz eleitoral a examine.

A justificativa é válida somente para o turno ao qual o eleitor não compareceu por estar fora de seu domicílio eleitoral. Assim, se o eleitor deixou de votar no 1º e no 2º turno da eleição, terá de justificar sua ausência para cada turno, separadamente, obedecendo aos mesmos requisitos e prazos válidos para cada um deles.

O eleitor pode justificar a ausência às eleições tantas vezes quantas forem necessárias, mas deve estar atento à revisão do eleitorado no município onde for inscrito. O eleitor, quando convocado pela Justiça Eleitoral, deve comparecer ao cartório, ou poderá ter seu título eleitoral cancelado.

## Títulos cancelados

O eleitor que deixou de votar e de se justificar em três eleições consecutivas (cada turno é considerado uma eleição) e teve seu título cancelado não poderá votar nas eleições de 2014. Ele deve procurar o cartório eleitoral da zona onde vota somente a partir de novembro de 2014, quando o cadastro nacional de eleitores será reaberto. Exatos 109.353 eleitores mineiros tiveram o título cancelado por não terem votado nem justificado a ausência nas três últimas eleições.

## Locais de votação

Em todo o Estado, são 10.078 locais de votação, sendo 429 na Capital. Neste ano, em Belo Horizonte, foram alterados 10 locais de votação, afetando quase 50 mil eleitores. Geralmente, as alterações ocorrem devido à falta de disponibilidade dos locais para receberem os eleitores, como a desativação de escolas ou a realização de obras, por exemplo. Com relação a todas as 10 alterações, serão afixadas faixas nos locais, para melhor orientar o eleitor.

## SEÇÕES ESPECIAIS

Em Belo Horizonte, o aumento no número de seções especiais foi de cerca de 30%: serão 289 seções especiais; em 2012, eram 194. O aumento no número de seções especiais na Capital e em todo o Estado deve-se principalmente a ações promovidas pelo Programa de Acessibilidade do Tribunal Regional Eleitoral de Minas Gerais. Para este pleito, de 15.248.681 eleitores mineiros, 23.048 estão registrados no cadastro eleitoral como de-

ficientes ou portadores de necessidades especiais. Em 2012, eram 15.284 eleitores com deficiência. Em Belo Horizonte, são 3.936 eleitores nessas condições no cadastro, conforme informações dos próprios eleitores.

**Locais de votação em Belo Horizonte que sofreram alterações e quais foram:**

<b>ZE</b>	<b>ANTIGO LOCAL</b> (nome e endereço completo)	<b>NOVO LOCAL</b> (nome e endereço completo)	<b>SEÇÕES TRANSFERIDAS</b> (número das seções)
29 <sup>a</sup>	Centro Educacional Pinóquio – Rua das Guitarras, 60 – Conjunto Califórnia I	Escola Estadual Professor Clóvis Salgado – Avenida das Castanholas, 80 – Conjunto Califórnia I	245, 248, 253, 278
30 <sup>a</sup>	Escola Estadual Caio Nelson de Sena – Rua Engenho de Dentro, 887 – Caiçara.	Instituto Cultural Newton Paiva – Avenida Presidente Carlos Luz, 800 – Caiçara	78, 79, 80, 81, 82, 83, 84, 244, 261, 281
31 <sup>a</sup>	Colégio L'Hermitage – Av. Antônio Francisco Lisboa, 192 – Bandeirantes	Escola Estadual Madre Carmelita – Avenida Francisco Antônio Lisboa, 500 – Bandeirantes	20, 21, 22, 23, 24, 117, 118, 119, 224, 244, 246, 257
33 <sup>a</sup>	Escola Estadual Pandiá Calógeras – Praça Carlos Chagas, 35 – Santo Agostinho	Escola Estadual Maestro Villa Lobos – Rua Alvarenga Peixoto, esquina com Rua Ouro Preto – Santo Agostinho	259, 260, 261, 262
33 <sup>a</sup>	Escola Estadual Barão do Rio Branco – Avenida Getúlio Vargas, 1.059 – Funcionários	Escola Estadual Bueno Brandão – Rua Paraíba, 1.145 – Funcionários	127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 169, 232, 248

<b>ZE</b>	<b>ANTIGO LOCAL</b> (nome e endereço completo)	<b>NOVO LOCAL</b> (nome e endereço completo)	<b>SEÇÕES TRANSFERIDAS</b> (número das seções)
33 <sup>a</sup>	Escola Estadual Barão de Macaúbas – Rua David Campista, 42 – Floresta	Colégio Nossa Senhora das Dores – Rua Itajubá, s/n, esquina com Av. Francisco Sales, 77 – Floresta	176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 184, 185, 186, 187, 188, 189, 190, 191, 192, 193, 194
33 <sup>a</sup>	Sesc – Rua Tupinambás, 908 – Centro	Escola Estadual Olegário Maciel – Av. Olegário Maciel, 422 – Centro	233, 239, 240, 241, 242, 243, 244, 245, 246
34 <sup>a</sup>	Escola Municipal Presidente João Pessoa – Rua Congonhas, 639 – Santo Antônio	Colégio Padre Machado – Av. do Contorno, 6.475 – Funcionários	114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 261
35 <sup>a</sup>	Colégio Promove – Av. Bandeirantes, 2.222 – Serra	Escola da Serra – Rua do Ouro, 1.900 – Serra	72, 73, 74, 75, 265, 286, 301
333 <sup>a</sup>	Centro Socioeducativo Santa Helena – Av. Senador Levindo Coelho, 940 – Vale do Jatobá	Escola Municipal Professor Hilton Rocha – Rua Vicente Surete, 215 – Manguieiras (Vale do Jatobá)	255

**Programa de Acessibilidade**

Em 2012, foi instituído o Programa de Acessibilidade na Justiça Eleitoral (Resolução nº 23.381/TSE), com o objetivo de implementar, gradualmente, medidas para remoção de barreiras que dificultem o exercício do voto pelas pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida. A resolução prevê, entre outras orientações, que os locais de votação sejam periodicamente monitorados e que os mesários recebam orientações, no treinamento, de modo a auxiliar as pessoas com deficiência e mobilidade reduzida. Além disso, a resolução garante que o eleitor com necessidades especiais receba ajuda de pessoa de sua confiança durante a votação.

Para proporcionar ainda mais melhorias, o eleitor com deficiência ou mobilidade reduzida, no dia do pleito, quando for votar, receberá do mesário um formulário de identificação, o qual deverá preencher.

### **Dúvidas gerais**

O eleitor pode se informar sobre vários assuntos por meio do Disque-Eleitor – 148 ou (31) 3291-0004 (para todo o Estado). O serviço funciona de segunda a sexta, das 7 às 19 horas. Aos sábados, domingos e feriados, o horário de atendimento é das 8 às 18 horas, mantendo-se plantão nesses dias até as eleições de outubro.

Na página do TRE-MG, na internet ([www.tre-mg.gov.br](http://www.tre-mg.gov.br)), também é possível esclarecer várias dúvidas, acessando-se a área de serviços ao eleitor.

### **Outras informações**

#### **Quem é obrigado a votar**

O voto é obrigatório para os alfabetizados maiores de 18 e menores de 70 anos.

#### **Quem tem direito ao voto facultativo**

O voto é facultativo para os analfabetos, os maiores de 70 anos e para quem tem 16 e 17 anos de idade.

A partir da Constituição de 1988, os jovens de 16 e 17 anos também passaram a ter direito ao voto, mas não são obrigados a votar. Podem fazer o título de eleitor, mas têm a prerrogativa de votar apenas se quiserem.

#### **Quem tem preferência para votar**

Têm preferência para votar os candidatos, os juízes, seus auxiliares e servidores da Justiça Eleitoral, os promotores eleitorais e os policiais militares em serviço e, ainda, os eleitores maiores de 60 anos, os enfermos, os portadores de necessidades especiais e as mulheres grávidas e que estejam amamentando, conforme a Resolução TSE 23399/2013, art. 85, §2º.

É proibido entrar na cabine de votação com telefones celulares, máquinas fotográficas, câmeras de vídeo, equipamentos de radiocomunicação ou qualquer instrumento que possa comprometer o sigilo do voto. Esses aparelhos devem ficar retidos na mesa enquanto o eleitor estiver votando.

O eleitor pode entrar na cabina de votação levando santinho de candidato ou colinha, pois isso facilita e agiliza a votação.

O eleitor pode entrar na sala de votação com propaganda eleitoral estampada na roupa, isto é, entende-se como manifestação individual e silenciosa da preferência do eleitor por partido político, coligação ou candidato, revelada exclusivamente pelo uso de bandeiras, broches, dísticos e adesivos.

### **É proibido no dia da eleição**

- Divulgação paga, na imprensa escrita, de propaganda eleitoral de cada candidato, partido político ou coligação.
- Alto-falantes e amplificadores de som.
- Carreatas.
- Comícios.
- Distribuição de material de propaganda (santinhos, volantes e outros impressos).
- Aliciamento, coação ou manifestação que possa interferir na vontade do eleitor.
- Aglomeração de pessoas, em qualquer local público ou aberto ao público, portando-se instrumentos de propaganda que caracterizem manifestação coletiva, com ou sem utilização de veículos.
- Uso de vestuário ou objeto que contenha qualquer propaganda de partido político, coligação ou candidato por mesários e escrutinadores, no recinto das seções eleitorais e juntas apuradoras.

# 5 PERFIL DOS CANDIDATOS

## 5.1 – CANDIDATOS À PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA (11 CANDIDATOS)

### 1 – Aécio Neves (PSDB) – Número 45

Vice: Aloysio Nunes Ferreira Filho (PSDB)

Coligação: MUDA BRASIL (PSDB/PMN/SD/DEM/PEN/PTN/PTB/PTC/PT do B)

Ocupação: senador

Data de nascimento: 10/3/1960

Limite de gastos previstos: R\$ 290.000.000,00

Aécio Neves da Cunha foi deputado federal por quatro mandatos consecutivos (1986/1990 – 1991/1994 – 1995/1998 – 1999/2002). No biênio 2001-2002 foi presidente da Câmara dos Deputados. Foi governador de Minas Gerais por dois mandatos (2003/2006 – 2007/2010). Nasceu em Belo Horizonte, MG e é filho do ex-deputado federal Aécio Ferreira da Cunha e de Inês Maria Neves e neto do ex-governador Tancredo Neves. É formado em Economia pela PUC Minas. Seus primeiros passos na política foram aos 22 anos, quando se tornou secretário particular de Tancredo Neves.

### 2 – Dilma Rousseff (PT) – Número 13

Vice: Micheal Temer (PMDB)

Coligação: COLIGAÇÃO COM A FORÇA DO POVO (PT/PMDB/PSD/PP/PR/Pros/PDT/PC do B/PRB)

Ocupação: presidente da República

Data de nascimento: 14/12/1947

Limite de gastos previstos: R\$ 298.000.000,00

Dilma Vana Rousseff, de 66 anos, nasceu em Belo Horizonte (MG). Em 1961, se tornou militante de organizações que lutavam contra a ditadura. Em 1970, Dilma foi presa e torturada. Já em 1973, muda-se para o Rio Grande do Sul, onde ajuda a fundar o PDT e inicia sua carreira política. Formou-se em Ciências Econômicas na Universidade Federal do Rio

Grande do Sul. Em 2001, filia-se ao PT. Foi nomeada por Lula como ministra das Minas e Energia, depois ministra-chefe da Casa Civil. Dilma coordenou alguns programas do governo Lula: Programa de Aceleração do Crescimento (PAC); Luz para Todos, Minha Casa; Minha Vida; Pré-Sal.

### 3 – Marina Silva (PSB) – Número 40

Vice: Luiz Roberto de Albuquerque (PSB)

Coligação: UNIDOS PELO BRASIL (PHS/PRP/PPS/PPL/PSB/PSL)

Ocupação: historiadora

Data de nascimento: 8/2/1958

Limite de gastos previstos: R\$ 150.000.000,00

Maria Osmarina Marina da Silva Vaz de Lima nasceu no Seringal Bagaço, no Acre. O nome Marina, decorrente de um apelido dado por uma tia, foi acrescentado por ocasião da eleição de 1986, quando os candidatos ainda não podiam usar alcunhas nos nomes oficiais (um processo semelhante ao que aconteceu com Luiz Inácio Lula da Silva). Já na adolescência começou seu trabalho social, quando se inscreveu em um curso de liderança rural e conheceu o líder seringueiro Chico Mendes. Foi alfabetizada aos 16 anos e aos 26 formou-se em História pela Universidade Federal do Acre. Militou no PT desde a sua fundação e filiou-se ao partido em 1985. Foi vereadora, deputada estadual e senadora por duas vezes, cargo que ocupa atualmente. No período em que esteve à frente do Ministério do Meio Ambiente, entre janeiro de 2003 e maio de 2008, uma de suas conquistas foi o Plano de Ação para Prevenção e o Controle do Desmatamento da Amazônia Legal.

### 4 – Eduardo Jorge (PV) – Número 43

Vice: Célia Oliveira de Jesus Sacramento (PV)

Coligação: PV

Ocupação: médico

Data de nascimento: 26/10/1949

Limite de gastos previstos: R\$ 90.000.000,00

Eduardo Jorge Martins Alves Sobrinho nasceu em Salvador, na Bahia. Estudou Medicina na Universidade Federal da Paraíba, em João Pessoa, entre 1968 e 1973. Especializou-se em Medicina Preventiva, na Universidade de São Paulo (USP), entre 1974 e 1975, e em Saúde Pública, tam-

bém na USP, em 1976. Militou no movimento estudantil e no PCBR, em João Pessoa, a partir de 1968. Trabalhou como médico sanitário da Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo. Foi deputado estadual e Federal pelo Partido dos Trabalhadores em várias legislaturas, de 1983 a 2003. Em 1991 propôs a remoção das marcas comerciais de medicamentos, um pontapé inicial para os futuros medicamentos genéricos.

#### **5 – Pastor Everaldo (PSC) – Número 20**

Vice: Leonardo de Melo Gadelha (PSC)

Coligação: PSC

Ocupação: empresário

Data de nascimento: 22/02/1956

Limite de gastos previstos: R\$ 50.000.000,00

Everaldo Dias Pereira nasceu no Rio de Janeiro. Vice-presidente nacional do PSC, é formado em Ciências Atuariais pela Faculdade de Economia e Finanças do Estado do Rio de Janeiro. Filiou-se ao PSC em 2003, influenciado por Anthony Garotinho, e chegou a coordenar um dos seus programas de governo. Além de ser pastor da Assembleia de Deus, é um dos líderes da bancada evangélica do PSC e tem o apoio do deputado federal Marco Feliciano.

#### **6 – Levy Fidelix (PRTB) – Número 28**

Vice: Cel. José Alves (PRTB)

Coligação: PRTB

Ocupação: jornalista e redator

Data de nascimento: 27/12/1951

Limite de gastos previstos: R\$ 12.000.000,00

José Levy Fidelix da Cruz nasceu no município mineiro de Mutum. Iniciou sua carreira política em 1996, quando disputou o cargo de prefeito de São Paulo, terminando derrotado. Tentou ainda por duas vezes o cargo de governador, o de vereador e de deputado federal, além de mais duas vezes o de prefeito de São Paulo. Em 2010, Presidente da República. Derrotado em todas as disputas, obteve a maior percentagem de votos quando foi candidato a prefeito da capital paulistana em 2008: 0,09%, equivalente a 5.518 votos. Em 2010, quando candidatou-se à Presidência da República, alcançou 57.960 votos válidos, o equivalente a 0,06%.

#### **7 – Zé Maria (PSTU) – Número 16**

Vice: Claudia Durans (PSTU)

Coligação: PSTU

Ocupação: metalúrgico e siderúrgico

Data de nascimento: 2/10/1957

Limite de gastos previstos: R\$ 400.000,00

José Maria de Almeida, metalúrgico, nasceu no município de Santa Albertina, em São Paulo. Chegou a iniciar o curso de Matemática pela Fundação Santo André, mas não finalizou. Zé Maria, como é mais conhecido, iniciou sua vida política no final da década de 1970. Participou da fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) e do Partido dos Trabalhadores no início da década de 1980. Saiu do PT doze anos depois por ter lutado a favor de novas eleições presidenciais após o *impeachment* do então presidente Fernando Collor. Em 1994, fundou com outros ex-militantes do PT seu atual partido, no qual ocupa o cargo de presidente nacional desde o início. Concorreu pela primeira vez à Presidência da República em 1998, quando alcançou 202.659 votos. Tentou novamente em 2002 e em 2010, quando atingiu 402.236 e 84.609 votos respectivamente.

#### **8 – Eymael (PSDC) – Número 27**

Vice: Roberto Lopes (PSDC)

Coligação: PSDC

Ocupação: advogado

Data de nascimento: 2/11/1939

Limite de gastos previstos: R\$ 25.000.000,00

Natural de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, José Maria Eymael é formado em Direito e História Natural pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Iniciou sua carreira política como militante do PDC (Partido Democrata Cristão), extinto durante o regime militar. Concorreu ao primeiro cargo eletivo em 1985, como candidato à Prefeitura de São Paulo, apesar de não ter sido vitorioso. É conhecido até hoje pelo *jingle* utilizado em sua primeira campanha “Ey ey Eymael, um democrata cristão”. Eymael já foi candidato ao cargo de presidente da República em 1998, 2006 e 2010, mas não alcançou a vitória em nenhuma delas. Na última eleição em que concorreu, obteve a marca expressiva de 89.350 votos, abaixo apenas dos quatro principais candidatos daquele ano.

### **9 – Luciana Genro (PSOL) – Número 50**

Vice: Jorge Paz (PSOL)

Coligação: PSOL

Ocupação: advogada

Data de nascimento: 17/1/1971

Limite de gastos previstos: R\$ 900.000,00

Natural de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, Luciana Krebs Genro é formada em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos e está cursando mestrado na Universidade de São Paulo. Luciana é filha de Tarso Genro, atual governador do Rio Grande do Sul. Ela iniciou sua vida política ainda na adolescência, participando do movimento estudantil. Antes de concorrer a um cargo eletivo, foi professora de inglês, até o ano em que foi eleita deputada estadual pela primeira vez, sendo reeleita logo na eleição seguinte. Filiada inicialmente ao PT, partido que deixou após ter sido eleita deputada federal em 2002, no ano seguinte participou da fundação do PSOL, instituído em 2004. Dois anos depois foi reeleita deputada federal já pelo atual partido. Em 2008, concorreu à Prefeitura de Porto Alegre, e recebeu 72.863 votos, o que a fez chegar ao quarto lugar. Em 2010, foi candidata a mais um mandato como deputada federal, mas não terminou vitoriosa.

### **10 – Mauro Iasi (PCB) – Número 21**

Vice: Sofia Manzano

Coligação: PCB

Ocupação: professor de ensino superior

Data de nascimento: 10/2/1960

Limite de gastos previstos: R\$ 300.000,00

Natural de São Paulo, Mauro Luís Iasi é formado em História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo e mestre e doutor em Sociologia pela Universidade de São Paulo. Mauro Iasi é professor adjunto da Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e membro do Comitê Central do PCB. Autor de diversos livros, foi presidente do Sindicato dos Docentes da UFRJ de 2011 a 2013.

### **11 – Rui Costa Pimenta (PCO) – Número 29**

Vice: Ricardo Machado (PCO)

Coligação: PCO

Ocupação: jornalista e redator

Data de nascimento: 25/6/1957

Limite de gastos previstos: R\$ 300.000,00

Nascido em São Paulo, Rui Costa Pimenta é formado em Jornalismo pela Faculdade de Comunicação Social Cásper Líbero e chegou a iniciar o curso de Letras na Universidade de São Paulo, mas não concluiu. Deu início à sua vida política participando no movimento estudantil, onde chegou ao cargo de diretor do Centro Acadêmico de Estudos Literários e Linguístico, e, em 1979, participou da fundação do PT em São Paulo e no ABC. Em 1984, passou a trabalhar como jornalista junto ao movimento sindical, e no ano seguinte, tornou-se diretor da Central Única dos Trabalhadores (CUT) da Grande São Paulo. Em 1992 saiu do PT e começou a trabalhar, com outros companheiros, pela criação do PCO, que teve seu registro definitivo em 1996. Dois anos depois foi candidato ao cargo de deputado federal, mas não chegou a ser eleito. Ainda disputou a Prefeitura de São Paulo, em 2000, e a Presidência da República em 2002, 2006 e 2010, mas em nenhuma disputa alcançou a vitória.

## **5.2 – CANDIDATOS AO GOVERNO DO ESTADO (7 candidatos)**

### **1 – Cleide Donária (PCO) – Número 29**

Vice: Fabinho (PCO)

Coligação: PCO

Ocupação: servidora pública municipal

Data de nascimento: 31/1/1971

Limite de gastos previstos: R\$ 30.000,00

Servidora pública municipal, Cleide Donária de Oliveira é a candidata do Partido da Causa Operária (PCO) ao governo de Minas Gerais em 2014. Ela nasceu em Belo Horizonte e começou sua trajetória política quase duas décadas depois. Em 1990, Cleide Donária começou a militar em movimentos sociais em defesa do Sistema Único de Saúde (SUS). No ano seguinte, aprovada em concurso, passou a trabalhar justamente na

rede de saúde pública de Belo Horizonte. A filiação ao PCO se deu em 2008. Em 2012, como candidata à Câmara Municipal de Belo Horizonte, não conseguiu ser eleita.

Em 2014, o PCO, que tem feito um esforço para lançar candidatos em todas as eleições para o Poder Executivo, escolheu Cleide para ser o nome do partido ao Palácio Tiradentes.

## **2 – Eduardo Ferreira (PSDC) – Número 27**

Vice: Raimundo Violeira (PSDC)

Coligação: PSDC

Ocupação: Outros

Data de nascimento: 13/2/1974

Limites de gastos previstos: R\$ 1.000.000,00

Eduardo Ferreira de Souza, candidato do Partido Social Democrata Cristão (PSDC), nasceu em Belo Horizonte. Advogado, ele entrou na disputa política em 2004, quando foi candidato a vereador na cidade de Contagem, não conseguindo ser eleito.

Quatro anos depois da primeira tentativa, Eduardo Ferreira voltou a buscar uma vaga na Câmara Municipal da cidade, repetindo a decisão em 2012. Em ambas as tentativas acabou derrotado.

Em 2014, no esforço de seu partido para lançar candidatos e ampliar a força da legenda em todo o País, foi escolhido como nome do PSDC ao Palácio Tiradentes.

## **3 – Fernando Pimentel (PT) – Número 13**

Vice: Antônio Andrade (PMDB)

Coligação: MINAS PRA VOCÊ (PT/PMDB/PC do B/Pros/PRB)

Ocupação: economista

Data de nascimento: 31/3/1951

Limite de gastos previstos: R\$ 42.000.000,00

Ex-ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Fernando Damata Pimentel nasceu em Belo Horizonte, Minas Gerais. É formado em Economia pela Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e tem mestrado em Ciência Política pela Universidade Federal de Minas Gerais. Iniciou sua vida política participando de movimentos estudantis e sindicais na década de 1970, chegando a ser preso durante a ditadura militar. Seu primeiro cargo político foi o de secretário da Fazenda na Ca-

pital mineira, em 1993, exercido por três anos, até ser nomeado secretário de Governo, Planejamento e Coordenação Geral da mesma cidade. Pimentel ficou conhecido por ter sido o primeiro prefeito eleito no primeiro turno na história de Belo Horizonte, em 2004. Antes disto, foi eleito vice-prefeito da capital mineira na chapa de Célio de Castro.

## **4 – Fidélis (PSOL) – Número 50**

Vice: Vic (PSTU)

Coligação: FRENTE DE ESQUERDA SOCIALISTA (PSTU/PSOL)

Ocupação: comunicólogo

Data de nascimento: 29/11/1973

Limite de gastos previstos: R\$ 300.000,00

Fidélis Oliveira Alcântara nasceu na cidade mineira de Coluna, no Vale do Rio Doce (MG). Em 1982 se mudou com sua família para Belo Horizonte, em busca de novas perspectivas de estudo. Formou-se em Comunicação Social na PUC Minas, em 2001, e trabalhou como redator em diversas agências da Capital até 2008. Desde 2009 trabalha autonomamente como redator e escritor. Em 2011 lançou o livro *O fazedor de histórias*, biografia de Lacarmélio Alfeo de Araujo, o Celton, que escreve, desenha e vende revistas em quadrinhos nos semáforos de Belo Horizonte. Dedicado às causas estudantis durante a década de 1990, Fidélis hoje integra diversos movimentos sociais relacionados à defesa da população em situação de rua e dos direitos à cidade e à moradia, entre eles: Movimento Fora Lacerda, Comitê Popular dos Atingidos pela Copa (Copac) e Grupo de Monitoramento de Ações Higienistas. Militante do PSOL, coordenou a comunicação da última campanha à Prefeitura de Belo Horizonte.

## **5 – Pimenta da Veiga (PSDB) – Número 45**

Vice: Dinis Pinheiro (PP)

Coligação: TODOS POR MINAS (PSDB/PP/DEM/PSD/PTB/PPS/PV/PDT/PR/PMN/PSC/PSL/PTC/SD)

Ocupação: advogado

Data de nascimento: 2/7/1947

Limite de gastos previstos: R\$ 60.000.000,00

Nascido em Belo Horizonte, João Pimenta da Veiga Filho é formado em Direito pela Universidade Federal do Rio de Janeiro. Iniciou sua carreira política ocupando o cargo de deputado federal por Minas Gerais, pelo

extinto MDB (Movimento Democrático Brasileiro) no final da década de 1970, sendo reeleito logo em seguida. Chegou a ser eleito prefeito de Belo Horizonte, em 1988, e teve, no mandato de deputado federal de 1999 até 2003, o seu último cargo público. Foi eleito deputado federal por Minas Gerais em 1978 pelo MDB e reeleito em 1982 e em 1986 pelo PMDB e em 1998 pelo PSDB.

#### **6 – Tarcísio Delgado (PSB) – Número 40**

Vice: Silvia Reis (PRTB)

Coligação: MINAS QUER MUDANÇA (PSB/PPL/PRTB)

Ocupação: advogado

Data de nascimento: 4/10/1935

Limite de gastos previstos: R\$ 38.000.000,00

Natural do município de Torreões, em Minas Gerais, Raimundo Tarcísio Delgado é técnico em Contabilidade pela Academia de Comércio de Juiz de Fora e formado em Direito pela Universidade Federal de Juiz de Fora. Iniciou sua vida política como universitário participando no movimento estudantil, onde chegou a exercer o cargo de presidente do Diretório Acadêmico. Juiz de Direito de Minas Gerais concursado desde 1966, seu primeiro cargo eletivo foi alcançado no mesmo ano, como vereador de Juiz de Fora. Quatro anos depois foi eleito deputado estadual e em 1978 chegou ao cargo de deputado federal, sendo reeleito logo em seguida e 12 anos depois por mais um mandato. Em 1983 foi eleito prefeito de Juiz de Fora, cargo que ocupou ainda por mais dois mandatos.

#### **7 – Professor Túlio Lopes (PCB) – Número 21**

Vice: Roberto Auad (PCB)

Coligação: PCB

Ocupação: professor de ensino médio

Data de nascimento: 8/6/1982

Limite de gastos previstos: R\$ 500.000,00

Túlio César Dias Lopes, 32 anos, é professor de história e atualidades. Trabalhou em escolas da rede municipal de Contagem, da rede pública estadual e na Universidade do Estado de Minas Gerais – Unidade Ibirité. Túlio Lopes iniciou sua militância política no movimento estudantil. Foi coordenador do Grêmio Estudantil do Colégio Padre Eustáquio (2000),

e diretor da União Municipal dos Estudantes Secundaristas de Belo Horizonte – Umes – BH (2000-2001), do Centro Acadêmico de História da UFOP (2002-2004), do Diretório Central dos Estudantes da Universidade Federal de Ouro Preto – Ufop (2003-2005) e da União Estadual dos Estudantes de Minas Gerais (2004-2007). Foi eleito para o Conselho Geral do Sind-UTE – Minas Gerais (2012) e para a diretoria da Associação dos Moradores do Bairro da Graça – Belo Horizonte (2009-2013). Participou do Comitê Mineiro do Fórum Social Mundial e do Comitê Mineiro de Apoio e Solidariedade ao Povo Palestino. Participa da Casa da América Latina (CAL BH), da Frente Independente pela Memória, Verdade e Justiça de Minas Gerais e do Instituto Caio Prado Junior – Minas Gerais. Foi secretário-geral da União da Juventude Comunista (UJC – Brasil) representando a UJC em atividades da Federação Mundial das Juventudes Democráticas (FMJD) em Cuba, na Colômbia, no Chile, na Venezuela e na África do Sul. É o atual secretário político do Partido Comunista Brasileiro (PCB) em Minas Gerais, membro do Comitê Central do PCB e da Coordenação Nacional da Corrente Sindical Unidade Classista.

### **5.3 – CANDIDATOS AO SENADO (8 candidatos)**

#### **1 – Antonio Anastasia (PSDB) – Número 456**

Coligação: TODOS POR MINAS (PSDB/PP/DEM/PSD/PTB/PPS/PV/PDT/PR/PMN/PSC/PSL/PTC/SD)

Ocupação: servidor público estadual

Data de nascimento: 9/5/1961

Limite de gastos previstos: R\$ 0,00

1º-suplente: Alexandre Silveira(PSD)

2º-suplente: Lael Varella (DEM)

Antonio Augusto Junho Anastasia tem 26 anos de atuação na administração pública. Assumiu o governo após a desincompatibilização do governador Aécio Neves. Graduado pela Faculdade de Direito da UFMG, também é mestre em Direito Administrativo, disciplina da qual é professor. O primeiro cargo no Executivo estadual foi em 1991 quando foi secretário adjunto de Planejamento e Coordenação Geral do governador Hélio Garcia. Também já foi secretário de Estado da Cultura e de Recursos Humanos e Administração (1994); secretário-executivo do Ministério

do Trabalho e do Ministério da Justiça (no governo federal); secretário de Estado de Planejamento e Gestão (2003) e secretário de Segurança Pública (2005). Em 1988 e 1989, ele foi assessor do relator da Assembleia Estadual Constituinte, o deputado Bonifácio Mourão.

## **2 – Edison Nascimento (PT do B) – Número 700**

Coligação: +MINAS (PT do B/PRP/PHS/PEN)

Ocupação: Outros

Data de nascimento: 9/5/1969

Limite de gastos previstos: R\$ 5.000.000,00

1º-suplente: Hercules (PEN)

2º-suplente: Alexandre Santos (PT do B)

3º-suplente: Major Juarez Ferreira (PT do B)

Edilson José do Nascimento é natural de São João del-Rei (MG) e é produtor de espetáculos públicos. Apesar de sua experiência na área cultural, defende que merecem atenção estratégica o empreendedorismo sustentável, os desafios postos pela diversidade cultural, a problemática ambiental e energética e a questão tributária.

## **3 – Geraldo Batata (PSTU) – Número 161**

Coligação: FRENTE DE ESQUERDA SOCIALISTA (PSTU/PSOL)

Ocupação: metalúrgico e siderúrgico

Data de nascimento: 13/12/1972

Limite de gastos previstos: R\$ 200.000,00

1º-suplente: Andrea Carla (PSTU)

2º-suplente: Efraim Moura (PSTU)

Geraldo de Araújo Silva é natural de Curvelo (MG) e tem 41 anos. É candidato ao Senado pela Frente de Esquerda Socialista. Foi candidato a vereador de Contagem em 2008. Em 2010, se candidatou para deputado estadual de Minas Gerais, e, em 2012, se candidatou novamente para vereador de Contagem.

## **4 – Tascisio (PSDC) – Número 270**

Coligação: PSDC

Ocupação: Outros

Data de Nascimento: 12/3/1963

Limite de gastos previstos: R\$ 800.000,00

1º-suplente: Pastor Geraldinho (PSDC)

2º-suplente: Wesley de Jesus (PSDC)

3º-suplente: Roney Faria (PSDC)

4º-suplente: Adelcio Neves (PSDC)

José Tarcisio dos Santos é natural de Piscamba (MG). É candidato ao Senado pelo Partido Social Democrata Cristão.

## **5 – Josué Alencar (PMDB) – Número 150**

Coligação: MINAS PRA VOCÊ (PT/PMDB/PC do B/Pros/PRB)

Ocupação: empresário

Data de nascimento: 25/12/1963

Limite de gastos previstos: R\$ 6.200.000,00

1º-suplente: Professora Maria Inês (PROS)

2º-suplente: Sebastião Riera (PMDB)

Josué Alencar é natural de Ubá (MG). Empresário por profissão, Alencar formou-se em Engenharia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e em Direito na Faculdade Milton Campos. É mestre em Administração de Empresas na Universidade Vanderbilt, nos Estados Unidos, e tem participação ativa em entidades sindicais e classistas, além de ser presidente da Associação Brasileira da Indústria Têxtil e de Confecção (Abit) e membro do Conselho do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi). Para a carreira política, Josué Alencar leva consigo os conselhos e as grandes lições aprendidas com o pai, José Alencar. O ex-vice-presidente dizia que a atividade política é extremamente nobre quando bem exercida. Seu ingresso na política do País é uma forma de retribuição à sociedade ao que ele tem recebido e de honrar o nome de José Alencar, dando prosseguimento ao trabalho que, infelizmente, o pai não pôde concluir.

## **6 – Margarida Vieira (PSB) – Número 400**

Coligação: MINAS QUER MUDANÇA (PSB/ PPL/ PRTB)

Ocupação: professora de ensino superior

Data de nascimento: 31/12/1948

Limite de gastos previstos: R\$ 10.000.000,00

1º-suplente: Igor Versiani (PSB)

2º-Alexandro de Sousa (PPL)

Margarida Luiza de Matos Vieira é natural de Belo Horizonte e, embora

nunca tenha assumido nenhum cargo eletivo, há muito milita na política de esquerda. No período de 1978 a 1998, chefiou o Departamento de Ciência Política da UFMG e foi presidente da Associação dos Professores Universitários de Belo Horizonte (APUBH), hoje o Sindicato dos Professores da UFMG, e participou de vários movimentos grevistas. Filou-se ao PSB em 1986 e, em 1998, se aposentou pela Universidade Federal de Minas e foi candidata a vice-governadora na chapa do petista Patrus Ananias. Além de professora, também é escritora, sendo autora de várias publicações, entre as quais: *As idéias políticas do Brasil* (1979) e *História do Marxismo no Brasil* (volume V). Atualmente é coordenadora do curso de História da Univale em Governador Valadares.

### **7 – Graça (PCO) – Número 290**

Coligação: PCO

Ocupação: servidor público estadual

Data de nascimento: 9/5/1954

Limite de gastos previstos: R\$ 25.000,00

1º-suplente: Alcides (PCO)

2º-suplente: Gilmara (PCO)

3º-suplente: Adilson Povão (PCO)

4º-suplente: Sérgio (PCO)

Maria das Graças Sousa Vieira é natural de Alcobaça, na Bahia. É candidata ao Senado pelo Partido da Causa Operária. O objetivo da sua candidatura é promover o programa do seu partido, levantando as bandeiras de lutas da classe operária. Sua história militante começou no bairro onde mora, na periferia de Belo Horizonte, quando defendeu causas de moradores. Esse foi um dos principais motivos que levaram à sua candidatura ao Senado.

### **8 – Pablo Lima (PCB) – Número 210**

Coligação: PCB

Ocupação: professor de ensino superior

Data de nascimento: 16/1/1978

Limite de gastos previstos: R\$ 500.000,00

1º-suplente: Neres (PCB)

2º-suplente: Cledimarcio Kojak (PCB)

Pablo Luiz de Oliveira Lima nasceu em Campos Altos, Minas Gerais. Em

março de 1996, ingressou no curso de História da Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas (Fafich), na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). No mesmo ano de 1996, filiou-se ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), na base da UFMG, e iniciou sua militância no movimento estudantil, contra o neoliberalismo e a ameaça de privatização das universidades federais. Em 2006, obteve uma bolsa de doutorado no exterior da Coordenadoria de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior (Capes), para estudar na Columbia University, em Nova Iorque (EUA). É membro do Instituto Caio Prado Jr., da Associação Nacional de História (Anpuh), do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e da corrente sindical Unidade Classista.

# 6 INFORMAÇÕES SOBRE A JUSTIÇA ELEITORAL

## Endereços do TRE

Av. Prudente de Moraes, 100

- Sorteio das urnas para votação paralela no sábado; instalação da Corte no domingo, das 9 às 17 horas
- Assessoria de imprensa
- Plantão da Corte Eleitoral

Av. Prudente de Moraes, 320

- Auditório para acompanhamento da votação e apuração de resultados
- Ponto de vivo das outras emissoras
- A assessoria de imprensa do TRE-MG também vai manter uma equipe neste local

## Urnas eletrônicas

\* Fonte: TSE e TRE-MG

Nas Eleições 2014, serão utilizadas 530 mil urnas eletrônicas, sendo que apenas 73 mil não possuem sensor biométrico. Em Minas Gerais, serão utilizados 51.667 equipamentos.

### Minas Gerais

Capital (todas têm sensor biométrico – mas aqui não haverá votação biométrica)	4.867
Interior (sem identificação biométrica)	44.347
Interior (com identificação biométrica)	2.453
<b>Total</b>	<b>51.667</b>

## BRASIL

	Eleições 2010	Eleições 2008	Eleições 2006	Eleições 2004
Brasil	480 mil urnas eletrônicas	462.600	432.630	407.092
Minas Gerais	43.851	51.621	46.788	43.362
Belo Horizonte	4.198	4.215	4.465	4.327

## Substituição de urnas em 2010

Nas Eleições 2010, foram substituídas 1.609 urnas no segundo turno. O índice foi menor que o do primeiro turno, que registrou falhas em 2.866 urnas.

Haverá um sistema informatizado com dados sobre defeitos e substituições de urnas em todo o Estado, a serem apresentados em telões no dia da eleição na Central de Divulgação do TRE.

	Eleições 2010	Eleições 2006
Brasil	4.475	6.030
Minas	413	550
BH	44	52

## Votação por cédulas em Minas Gerais

### Eleições Gerais – 2010

Zona eleitoral	Município	Seção	Eleitorado	Observações
180 <sup>a</sup>	Monte Azul (Norte)	168 <sup>a</sup>	315	18 eleitores votaram por urna eletrônica
119 <sup>a</sup>	Governador Valadares	124 <sup>a</sup>	398	Cerca de 150 eleitores votaram por urna eletrônica

Zona eleitoral	Município	Seção	Eleitorado	Observações
282 <sup>a</sup>	Viçosa	11 <sup>a</sup>	TRE-MG não tem o levantamento	TRE-MG não tem o levantamento
40 <sup>a</sup>	Betim	198 <sup>a</sup>	TRE-MG não tem o levantamento	TRE-MG não tem o levantamento

Curiosidade/Eleições Municipais 2012: Nenhum caso de votação por cédulas foi registrado nas eleições municipais daquele ano.

#### Ocorrências policiais em 2010

\* Fonte: TRE-MG

- Candidatos: 15 ocorrências (12 por divulgação de propaganda e três por boca de urna, com uma prisão).
- Não candidatos: 297 ocorrências (com 90 prisões).

#### Tipos de ocorrências envolvendo não candidatos:

Tipo	Número de ocorrências	Prisões
Divulgação de propaganda	153	30
Transporte ilegal de eleitores	8	8
Boca de urna	59	38
Alto-falante	2	0
Fornecimento ilegal de alimentação	1	0
Outros motivos	74	14

#### Transporte e alimentação de eleitores da zona rural só podem ser fornecidos pela Justiça Eleitoral:

\* Fonte: TSE

O Código Eleitoral (Lei nº 4.737/1965) proíbe a instalação de seções eleitorais em fazendas, sítios ou quaisquer propriedades rurais privadas, mesmo se houver prédio público no local. A norma também proíbe partidos políticos e candidatos de fornecer alimentação e transporte a eleitores no dia da eleição, seja na cidade ou no campo. Mas, para não privar o eleitor que reside nessas localidades do exercício do voto, a Lei nº 6.091/1974 – regulamentada pela Resolução do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) nº 9.641 – prevê o fornecimento de transporte e alimentação a eleitores em zonas rurais. Essa obrigação cabe à Justiça Eleitoral, que deve requisitar, até 15 dias antes do pleito, de órgãos da administração direta ou indireta da União, dos estados, territórios, Distrito Federal e municípios, os funcionários e as instalações de que necessitar para possibilitar a execução desses serviços. O quadro geral de percursos e horários programados para o transporte dos votantes também precisa ser divulgado até 15 dias antes do pleito, tanto no primeiro quanto em um eventual segundo turno de votação.

A Resolução 9.641/1974 do TSE prevê ainda que, se não forem suficientes os veículos e as embarcações do serviço público para fazer o transporte dos eleitores da zona rural, o juiz eleitoral poderá requisitar a particulares, de preferência daqueles que tenham carros de aluguel na região, a prestação desse serviço.

Para coibir abusos ou irregularidades, a norma estabelece que nenhum veículo ou embarcação poderá fazer transporte de eleitores da zona rural desde o dia anterior até o dia seguinte ao pleito, com a exceção daqueles que: estiverem a serviço da Justiça Eleitoral; forem coletivos de linhas regulares e não fretados; forem veículos de uso individual do proprietário para o exercício do próprio voto e de sua família; forem veículos de aluguel que prestam serviços que não tenham sido requisitados pela Justiça Eleitoral.

No que se refere às refeições, a resolução determina que somente podem ser fornecidas pela Justiça Eleitoral quando imprescindíveis, em caso de absoluta carência de recursos de eleitores residentes na zona rural. Também dispõe que a alimentação não será fornecida se a distância entre a casa do eleitor e o seu local de votação puder ser percorrida sem necessidade do transporte gratuito oferecido pela Justiça Eleitoral ou se o eleitor puder votar e regressar, utilizando tal transporte, em um único período (de manhã ou de tarde).

É facultado aos partidos políticos fiscalizar o transporte de eleitores e os locais onde houver fornecimento de refeições nas zonas rurais.

#### **Pessoal envolvido nas Eleições 2014:**

Servidores da Justiça Eleitoral em MG: 2.259

Estagiários: 218

Mesários: 190 mil

Técnicos de urna: 1.540

Técnicos de transmissão: 133

#### **Ações de preparação para as Eleições 2014 realizadas nos últimos meses:**

- Convocação e treinamento de mesários
- Capacitação de servidores
- Encontro de juízes em Mariana
- Sistema Denúncia On-line (propaganda de rua e internet)
- Reuniões com partidos políticos para orientações sobre prestação de contas e registro de candidaturas
- Audiência pública de sorteio de ordem de veiculação de propaganda eleitoral e distribuição de tempo
- Testes de desempenho dos sistemas eleitorais
- Controle concomitante
- Julgamento dos pedidos de candidatura apresentados até 5 de julho

#### **Mesários**

Mais de 2,4 milhões de mesários estarão trabalhando no dia das eleições. Segundo o Tribunal Superior Eleitoral (TSE), mais da metade desses mesários são voluntários, ou seja, se apresentaram de livre e espontânea vontade à Justiça Eleitoral. Os mesários vão trabalhar nos 5.570 municípios do País e também em 141 cidades de 89 países onde os brasileiros poderão votar.

Em Minas, as mesas receptoras de votos serão compostas por 4 mesários (Resolução TRE-MG 966/2014), que devem comparecer às seções eleitorais às 7 horas. Entre as funções desenvolvidas pelos mesários na seção eleitoral estão a de presidente da Mesa Receptora de Votos e de Justificativas, 1º ou 2º-mesário, 1º ou 2º-secretário e suplente. No dia da eleição, os mesários são responsáveis por organizar a seção eleitoral, identificar os eleitores, autorizá-los a votar, operar a urna eletrônica, processar

justificativas e conduzir, com tranquilidade, os trabalhos de votação. Eles não podem usar vestuário ou objetos que contenham qualquer propaganda de partido, coligação ou candidato.

#### **Benefícios**

O serviço prestado pelo mesário não gera remuneração, mas dá direito a auxílio-alimentação e dois dias de folga, no serviço público ou privado, para cada dia trabalhado. Também é considerado critério de desempate em concursos públicos, desde que previsto em edital.

Caso o mesário não possa comparecer, ele deve enviar uma justificativa ao juiz eleitoral responsável até cinco dias após a convocação. Se os impedimentos surgirem depois desse prazo, haverá tolerância, quando comprovada a justificativa.

Para quem não se manifestar até o dia da eleição e não comparecer na data e hora marcadas, o prazo para apresentar justa causa ao juiz eleitoral será de 30 dias. Caso contrário, o mesário será multado. As regras e as penalidades para quem não comparecer e não justificar estão previstas na legislação eleitoral (Lei nº 9.504/97).

Não podem ser mesários: os candidatos, seus cônjuges e parentes até segundo grau, membros de diretórios de partidos políticos que exerçam função executiva, autoridades, agentes policiais e aqueles que exerçam função de confiança no Executivo, servidores da Justiça Eleitoral (mas estes podem compor as mesas que se destinem exclusivamente à justificativa) e eleitores menores de 18 anos.

#### **Custo das Eleições 2014**

##### **Minas Gerais**

Aproximadamente R\$ 30 milhões de custeio para o primeiro turno e previsão de mais R\$ 5 milhões para o segundo turno. Em 2010, o custo das eleições em Minas foi de R\$ 25, 5 milhões.

##### **Brasil**

A assessoria de imprensa do Superior Tribunal Eleitoral informou que o levantamento do custo das Eleições 2014 ainda não foi concluído e não está disponível para divulgação. O último contato da produção para tentar obter essa informação foi em 18 de setembro.

### Custo das eleições no Brasil:

	2000	2002	2004	2005	2006	2008	2010
Custo das eleições (em milhões)	R\$ 441,63	R\$ 494,06	R\$ 540,03	R\$ 205,95	R\$ 480,36	R\$ 481,36	O valor previsto era cerca de R\$ 480 milhões

### Mais pontos de transmissão remota/Nova tecnologia JE Connect

Minas Gerais terá mais de 400 pontos de transmissão remota do resultado das urnas eletrônicas, em mais de 150 municípios. Esse tipo de transmissão pode ser feito por linha telefônica convencional, via satélite (16 pontos) ou pela internet, utilizando uma nova tecnologia, denominada JE Connect, que permite que os dados, criptografados, sejam enviados de forma segura para o TRE, por meio de um computador com acesso à internet, diretamente dos locais de votação. O objetivo é dar mais agilidade à totalização dos votos no dia da eleição. Com o JE Connect, a transmissão remota, que já ocorria em eleições anteriores, abrangerá não mais apenas as localidades de difícil acesso.

Os municípios que utilizarão a tecnologia são, na maior parte, aqueles cujos locais de votação são de difícil acesso ou aqueles cuja zona eleitoral responsável fica em outro município (Minas Gerais possui 559 cidades nessa última condição). No Estado, três municípios devem ter pontos de transmissão JE Connect em todos os locais de votação: Conselheiro Pena, Lagoa Santa e Esmeraldas.

Cada zona eleitoral que for utilizar o JE Connect receberá um *kit* contendo todos os dispositivos necessários para que o sistema seja operacionalizado a partir dos locais de votação. A internet do local será utilizada, mas o programa e o sistema operacional usados para transmissão serão acessados por meio de *pen drive* da Justiça Eleitoral que, por sua vez, precisará de um outro *pen drive* para ser descriptografado, além de uma senha. Portanto, a segurança do sistema ficará garantida.

Com o JE Connect, criado em 2010 pelo TRE de Tocantins, o número de pontos de transmissão remota aumentou bastante em comparação com

eleições anteriores, devido à possibilidade de utilização da internet. Em 2012, foram usados 128 pontos de transmissão remota dos resultados das urnas eletrônicas, sendo 112 com transmissão feita por linha telefônica convencional e 16 com conexão por satélite.

### Divulgação de resultados da eleição

- Acompanhamento da divulgação dos resultados das eleições pelo sistema Divulga (para *download*): [www.justicaeleitoral.jus.br](http://www.justicaeleitoral.jus.br)
- Divulgação de resultados sem necessidade de baixar o sistema Divulga: [www.divulga.tse.jus.br](http://www.divulga.tse.jus.br)
- Interior: não haverá ambientes de divulgação

### Horário de divulgação de resultados finais em eleições anteriores

- 2012: totalização encerrada às 23h18 (20h32 em BH)
- 2010: totalização encerrada às 2h16

Em até 48 horas após o fechamento dos dados das eleições em Minas, poderá ser acessado na página do TRE-MG na internet ([www.tre-mg.jus.br](http://www.tre-mg.jus.br)) o Sistema de Divulgação de Resultados das Eleições 2014, com resultados por candidato, zona, município, região, entre outros. Também no *site* do TSE estará disponível um sistema de estatística de resultados.

# 7 DIPLOMAÇÃO E POSSE

Diplomação dos eleitos até 19 de dezembro

Data: 19 de dezembro de 2014 – 17 horas

Local: Palácio das Artes

Fonte: TRE-MG

## Norma 23.218/TSE

- Os candidatos eleitos aos cargos de presidente da República e vice-presidente da República receberão diplomas assinados pelos presidente e demais ministros do Tribunal Superior Eleitoral e pelo procurador-geral eleitoral; os eleitos aos cargos federais, estaduais e distritais, assim como os vices e os suplentes, receberão diplomas assinados pelo presidente do respectivo Tribunal Regional Eleitoral.
- Não poderá ser diplomado nas eleições majoritárias ou proporcionais o candidato que estiver com o seu registro indeferido, ainda que *sub judice*. Nas eleições majoritárias, se, à data da respectiva posse, não houver candidato diplomado, caberá ao presidente do Poder Legislativo assumir e exercer o cargo, até que sobrevenha decisão favorável no processo de registro ou, se já encerrado esse, se realizem novas eleições, com a posse dos eleitos.
- Contra a expedição de diploma caberá o recurso previsto no art. 262 do Código Eleitoral, no prazo de 3 dias da diplomação. Enquanto o Tribunal Superior Eleitoral não decidir o recurso interposto contra a expedição do diploma, poderá o diplomado exercer o mandato em toda a sua plenitude (art. 216 do Código Eleitoral).
- O mandato eletivo poderá também ser impugnado perante a Justiça Eleitoral após a diplomação, no prazo de 15 dias, instruída a ação com provas de abuso do poder econômico, corrupção ou fraude.

## Posse do governador

Data: 1º de janeiro de 2015

Local: ALMG

O novo governador é empossado pelos deputados da atual legislatura (que termina em 31 de janeiro de 2015), em reunião solene no Plenário. Em seguida, o governador empossado segue para outra cerimônia de posse no Palácio da Liberdade. A princípio, a cerimônia não será no Palácio Tiradentes, na Cidade Administrativa.

## Posse dos deputados

Data: 1º de fevereiro de 2015

Local: Plenário da ALMG

O deputado mais idoso preside a reunião solene de posse até que seja eleita a nova Mesa da Assembleia. Logo após a posse, o presidente declara instaladas a legislatura e a sua primeira sessão legislativa ordinária e dá início aos trabalhos de eleição da Mesa para o 1º biênio (2015/2016).

# 8 HISTÓRIA DAS ELEIÇÕES/CURIOSIDADES

## **A primeira eleição direta**

O primeiro pleito direto no Brasil foi estabelecido em 1828, para as eleições municipais. Em 1881, a Lei Saraiva determinava que as nomeações de quaisquer autoridades eletivas seriam feitas por eleições diretas. Ao criar o sistema presidencialista, a 1ª Constituição Republicana, de 1891, estabelecia que o presidente da República e o vice fossem eleitos por voto direto. Suspensas após o Golpe de 64, as eleições diretas para presidente foram restabelecidas pela Constituição de 1988.

## **As primeiras mulheres eleitas**

A primeira mulher eleita para uma prefeitura no Brasil foi a fazendeira Alzira Soriano, em 1929, na cidade de Lages, Rio Grande do Sul. Carlota Pereira de Queiróz, médica paulista, foi a primeira mulher eleita deputada federal, em 1933, tendo sido constituinte por São Paulo. A primeira senadora brasileira foi Eunice Michelis, do Amazonas. Era suplente e assumiu o cargo em 1979, com a morte do senador José Esteves. E, em 1998, no Maranhão, Roseana Sarney foi a primeira mulher eleita governadora no Brasil.

## **A Justiça Eleitoral**

A Justiça Eleitoral (atual TSE) foi criada por decreto, em 1932. A Constituição de 1946 consagrou a Justiça Eleitoral como um dos ramos do Poder Judiciário e, em 1950, surgiu a primeira regulamentação relativa a partidos políticos e toda a matéria ligada a alistamento, eleições e propaganda eleitoral. Em 1965, nova lei instituiu o Código Eleitoral, em vigor até hoje.

## **Os primeiros partidos políticos**

Os primeiros partidos políticos brasileiros surgiram em 1831: o Restaurador (pela volta de D. Pedro I), o Republicano (pela abolição da monarquia) e o Liberal (pela reforma da Constituição de 1924, mas preservan-

do a monarquia). Até então, a disputa se dava entre governo e oposição apenas.

## **A primeira eleição**

A primeira eleição no Brasil ocorreu em 23 de janeiro de 1532, para escolher o Conselho Municipal da Vila de São Vicente (atual São Paulo). A partir daí, todas as vilas e cidades tinham seus conselhos municipais escolhidos pelo povo em eleições livres, universais e indiretas. O povo escolhia seis eleitores e estes escolhiam os oficiais das câmaras municipais.

## **O voto secreto**

O voto secreto só começou a vigorar no Brasil a partir do Código Eleitoral de 1932. A Lei Saraiva, de 1881, já estabelecia o voto secreto, mas, na prática, não havia qualquer sigilo e o voto continuava a ser descoberto.

# 9 GLOSSÁRIO

## Dicionário de termos muito usados nas eleições

Fonte: Glossário eleitoral do TSE e jornal *O Globo*

- **Abstenção eleitoral** – Eleitores não compareceram às urnas. São os faltosos. Atenção: não confundir com os casos em que o eleitor comparece à seção eleitoral, mas vota em branco ou nulo.
- **Abuso do poder econômico** – Uso excessivo, seja antes ou durante a campanha eleitoral, de recursos materiais ou humanos para beneficiar candidatos, partidos ou coligações.
- **Abuso do poder político** – A expressão se refere às situações em que o detentor do poder se vale de sua posição para influenciar o eleitor.
- **Aliciamento de eleitor** – Acontece quando determinado candidato, partido ou até correligionários tentam convencer o eleitor, por meio de formas ilegais, a votar em candidato ou partido diferente daquele em que a pessoa votaria por vontade própria.
- **Base eleitoral** – A expressão se refere a distrito, município ou região onde o candidato recebe a maioria dos votos.
- **Biometria** – É a tecnologia que permite identificar o eleitor pela impressão digital, íris, retina, voz, formato do rosto ou formato da mão. Na urna biométrica, a identificação é pela impressão digital.
- **Boca de urna** – Distribuição e/ou veiculação de propaganda política no dia da eleição.
- **Captação ilícita de sufrágio** – O termo quer dizer compra de votos.
- **Cartório eleitoral** – É a sede do juízo eleitoral. Lá funcionam a parte administrativa da zona eleitoral e a seção judicial. É no cartório que o cidadão se apresenta para fazer o título de eleitor.
- **Zona eleitoral** – Nos estados, as circunscrições eleitorais correspondem às zonas eleitorais, que podem ou não coincidir com os espaços territoriais dos municípios. Há zonas eleitorais que abrangem mais de um município e municípios que possuem mais de uma zona eleitoral.
- **Seção eleitoral** – É o local onde se vota. É a sala onde fica a urna eleitoral.

- **Colégio eleitoral** – A expressão se refere ao conjunto de eleitores de determinada circunscrição. Podemos falar, por exemplo, em colégio eleitoral de uma cidade, de um distrito, de um bairro ou de um estado.
- **Coligação partidária** – Termo bastante comum nas matérias de política, principalmente no momento em que os partidos se organizam para montar os palanques nos estados e nas cidades. A coligação é a união das legendas para a formação de uma chapa que concorrerá à eleição.
- **Desincompatibilização** – É quando um pré-candidato se afasta de um cargo ou função no governo, dentro do prazo legal, para poder concorrer a um cargo nas eleições.
- **Direitos políticos** – É o conjunto dos direitos atribuídos ao cidadão que lhe permite, por meio do voto, o exercício de cargos públicos ou a utilização de outros instrumentos constitucionais e legais para ter efetiva participação nas atividades de governo. Estar com os direitos políticos plenos significa estar habilitado a votar nas eleições, candidatar-se para cargos eletivos, ser nomeado para certos cargos públicos não eletivos, participar de plebiscitos e referendos, apresentar projetos de lei pela via da iniciativa popular e propor ação popular. Quem tem os direitos políticos suspensos não pode se filiar a partido político e nem investir em qualquer cargo público, mesmo não eletivo.
- **Domicílio eleitoral** – É o lugar onde o eleitor vota. Se você está fora do domicílio eleitoral, ou seja, mora em um município ou estado, mas a sua seção eleitoral fica em outro, tem que justificar a ausência. Uma curiosidade: a lei exige que o candidato tenha domicílio eleitoral no estado no qual está concorrendo.
- **Fidelidade partidária** – Se um político é eleito por um partido e muda de legenda após assumir o cargo, o TSE entende que ele pode perder o mandato porque a vaga pertence à sigla. Ou seja, o político pode perder o mandato por infidelidade partidária.
- **Fundo partidário** – Trata-se de um fundo especial de assistência aos partidos políticos. Os recursos são provenientes de multas e penalidades eleitorais, recursos financeiros legais, doações espontâneas privadas e dotações orçamentárias públicas.
- **Impugnação de candidatura** – É a recusa em registrar o pedido de candidatura.
- **Inelegibilidade** – Quer dizer que o político não pode ser votado, ou

seja, não pode concorrer a um cargo eletivo. Apesar de estar inelegível, o político pode votar e integrar um partido.

- **Legenda de aluguel** – São chamadas assim as legendas dos partidos que não têm representação no Congresso ou têm poucos filiados e parlamentares.
- **Puxadores de voto** – São aqueles que, em cada partido ou coligação, nas eleições proporcionais, obtêm um número tão significativo de votos (acima do quociente eleitoral) que elegem a si mesmos e também outros candidatos menos votados de seu partido.
- **Quitação eleitoral** – Significa que o eleitor atendeu às convocações da Justiça Eleitoral. Ou seja, não faltou às eleições ou justificou a ausência e, por isso, não possui nenhuma pendência junto à Justiça Eleitoral. No caso de candidatos, significa a prestação de contas de campanha eleitoral.
- **Quociente eleitoral** – O quociente eleitoral define os partidos ou coligações que têm direito a ocupar as vagas em disputa nas eleições proporcionais (deputado federal, deputado estadual e vereador). Calcula-se o quociente eleitoral dividindo-se o número de votos válidos apurados pelo número de lugares a serem preenchidos.
- **Quociente partidário** – Define o número inicial de vagas que caberá a cada partido ou coligação que tenham alcançado o quociente eleitoral. É calculado dividindo-se o número de votos válidos da legenda ou coligação pelo quociente eleitoral.

# 10 PROGRAMAÇÃO

## Sábado – 4/10

A partir das 8h – *flashes* gravados e ao vivo ao longo do dia, durante a programação

14h – TV Escola – Reforma política

16h30 – Via Justiça

19h30 às 20h – Repórter Assembleia (ao vivo)

22h – Repórter Assembleia (reprise)

22h30 às 23h – Mundo Político (inédito – gravado)

## Domingo – 5/10

Abertura: pronunciamento do presidente do TRE (2 minutos)

7h30 – Repórter Assembleia (reprise da edição de sábado)

8h – Tribuna Livre – Reforma política (gravado)

9h – Panorama Especial (gravado)

10h – Sala de Imprensa (ao vivo)

11h – Tribuna Livre – Avanços da democracia e da participação (gravado)

12h30 – Memória e Poder – Especial Eleições

13h30 – Tribuna Livre – Mudanças no perfil do eleitorado (gravado)

15h – Boletim de notícias (ao vivo)

15h30 – Geração Especial Eleições – Militância juvenil (gravado)

16h – Tribuna Livre – Participação da juventude na política (gravado)

17h em diante – Resultados e análises dos eleitos (ao vivo)

## Segunda-feira – 6/10

Boletim das Eleições – ao vivo, a qualquer momento na programação, com informações, análises e entrevistas no estúdio com os deputados eleitos

8h – Tribuna Livre – Avanços da democracia e da participação (reprise)

9h – Panorama Especial, com a repercussão dos resultados das urnas (ao vivo)

10h30 – Geração Especial Eleições (reprise)

11h30 – Tribuna Livre – Relação Executivo-Legislativo (ao vivo)  
12h30 – Panorama Especial (reprise do programa de domingo)  
14h – Boletim das Eleições (ao vivo)  
14h30 – Tribuna Livre – Reforma política (reprise)  
16h – Via Justiça Especial (reprise)  
16h30 – Tribuna Livre – Participação da juventude na política (reprise)  
19h30 – Repórter Assembleia (ao vivo)  
22h30 – Mundo Político (inédito) – Análise de resultados e entrevista  
com eleitos